

Claudio Moreira Bento

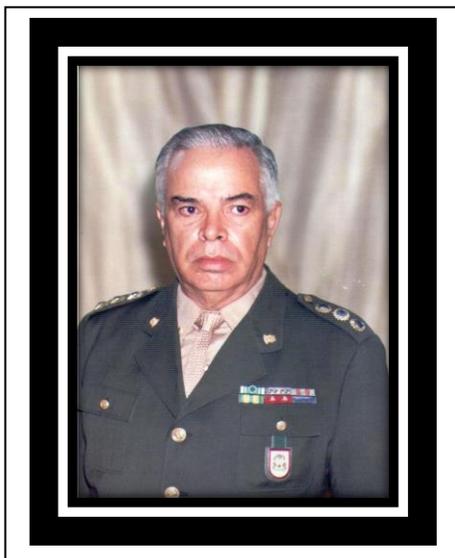
A Revolta na Armada

1893 - 94

Defesa Nacional N° 762



O CENTENÁRIO DA REVOLTA NA ARMADA (1893-94)



Cel Eng. QUEMA Cláudio Moreira Bento

Produto de pesquisa histórica básica, o artigo apresenta o estudo e apreciação de um episódio centenário que marcou o alvorecer da República, produzindo equívocos que se propõe sejam agora reconsiderados.

Faz um século que teve curso, na baía de Guanabara, a Revolta de 1/5 da Esquadra. Ela visava a depor o vice-presidente no exercício da presidência do Brasil, marechal Floriano Peixoto, confirmado na função pelo Congresso, com base nas Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Na baía de Guanabara, a Revolta durou 6 meses e 6 dias. Teve início em 6 de setembro de 1893 e terminou em 12 de março de 1894, quando os revoltosos depuseram as armas e foram acolhidos, como asilados políticos, a bordo das corvetas **Mindelo** e **Afonso d'Albuquerque**, de Portugal, fato que provocou azedo e tenso rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal.¹

1 As notas trocadas entre as legações de Portugal e do Brasil, em Lisboa, foram publicadas por Vilalba (A Revolta da Esquadra, págs. 163-186). O comandante da Força Naval de Portugal no Rio era o comandante Augusto Vidal Castilhos Barreto, que acumulava o cargo de comandante das forças navais estrangeiras. A decisão de asilar os revoltosos foi dos comandantes das respectivas forças. A escolha dos navios de Portugal foi dos revoltosos. Os navios portugueses ao deixarem o Rio, foram escoltados pelos navios ingleses Racer e Beagle, até fora da barra. Portugal, ante o pretexto brasileiro, declarou que iria internar os revoltosos em instalações militares de Peniche e Eivas. No entanto, em Buenos Aires, eles conseguiram em maioria fugir dos navios, inclusive Saldanha da Gama, vindo depois reforçar as forças federalistas. Os restantes foram transportados para Portugal, a bordo do D. Pedro II. Esse fato provocou veemente protesto diplomático do Brasil, seguido de rompimento de relações diplomáticas, só restabelecidas após um ano, em 16 de maio de 1895. A maior vítima teria sido o comandante

Castilhos. Ele foi preso por 89 dias, além de perder sua modelar e digna carreira, conforme se conclui de Heitor Lyra, em *Diplomacia Brasileira na 1ª República* (Rio, 1HGB, 1992 — Coleção Pedro Calmon).

Em âmbito nacional, a revolta só teve fim em 17 de abril de 1894, quando, em Santa Catarina, o almirante Jerônimo Gonçalves, após torpedear e neutralizar o couraçado revoltoso **Aquidabã**, com apoio na esquadra legal e o retomar, após abandonado por sua tripulação, então comandada pelo comandante Alexandrino de Alencar, que viria a ser, mais tarde Ministro da Marinha de três governos da República.²

Durante a revolta, as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói tiveram suas populações submetidas ao pânico, sob efeito de ações psicológicas em confronto, desenvolvidas pela esquadra c pelo governo, diante da possibilidade de serem vítimas dos bombardeios trocados entre os navios revoltados, as fortalezas e baterias de artilharia de terra, cm apoio ao governo, além dos canhões de navios de guerra estrangeiros surtos nos portos do Rio e Niterói,³ conforme ameaçaram, caso não fossem atendidos em suas imposições, pelo governo e pela esquadra, no afã de protegerem negócios, patrimônios e vidas de súditos de seus países.

2. As circunstâncias do torpedeamento do encouraçado Aquidabã "o leão de aço", pelo caça-torpedos Gustavo Sampaio, em 16 de abril de 1894, em Santa Catarina, no combate do Desterro, bem como a saga dos seus tripulantes oficiais, em terra, após abandoná-lo, consta dos doc. 111-113, págs. 202-226, em E. Villalba, *A Revolução Federalista do RGS*, e na obra de seu comandante Alexandrino de Alencar, *Aquidabã, o combate de 16 de abril de 1894* (Montevideu, s/ed., 1895). O almirante Gonçalves o rebatizou de 16 de Abril, mas o nome não pegou. Uma parte de combate de 76 de Abril o chama de "altivo vaso dc guerra da marinha brasileira".
3. Os navios de guerra estrangeiros que atuaram na intervenção que declarou o Rio "cidade aberta" e depois impuseram o fim do Bloqueio Naval do Rio c Niterói constam do Apêndice 1.

Os bombardeios foram violentos sobre Niterói e não foram dirigidos sobre o Rio, mas a população carioca padeceu os feitos dos boatos de que a esquadra "abriria uma ampla avenida com seus canhões do litoral até o Palácio do Itamarati, sede do governo da República".

O combate à Revolta na Armada foi feita com as cidades do Rio de Janeiro e Niterói sob estado- de- sítio, aprovado pelo Congresso em 10 de setembro de 1893, o que deu, ao governo, a faculdade de adotar medidas excepcionais.

A intervenção inicial de navios de guerra estrangeiros surtos no porto impôs, à esquadra e ao governo, sob pena de recorrerem ao uso da força, o Acordo de 5 de Outubro dc 1893, que vigorou por dois meses e meio, até 25 de dezembro, pelo qual a cidade do Rio de Janeiro foi considerada "cidade aberta" e poupada de bombardeio naval, desde que as fortalezas e baterias do governo no Rio não hostilizassem os navios da esquadra. O acordo foi respeitado.

Ao contrário, a cidade de Niterói, bastante fortificada e guarnecida por forças do governo, foi bastante bombardeada, em resposta da esquadra às hostilidades deste. Pesados bombardeios navais foram despejados sobre as fortificações ou baterias do governo de Santa Cruz, Gragoatá, Armação, Ponta da Areia, Maruí, Imbuí, Praia de Fora, e ruas perpendiculares à baía, além de ataques navais vigorosos sobre a Armação e a ilha de Mocanguê Grande, para controlá-las, por sua importância logística. Niterói ficou isolada do Rio por paralisação das barcas, por ruptura dos cabos telefônicos submarinos e, ainda, por interferência na ligação ferroviária Rio— Niterói, só normalizada quando a esquadra perdeu o seu último apoio em terra, em Magé , em 15 de fevereiro de 1894.

A esquadra, desde o início da Revolta, submeteu o Rio de Janeiro e Niterói a rigoroso bloqueio naval, aos poucos relaxado, por imposição de navios de guerra estrangeiros surtos na baía, que não consideraram a esquadra beligerante, e sim, revoltosa.

O bloqueio naval terminou por intervenção, à força, dos Estados Unidos, em 29 de janeiro de 1894, quando o almirante Benham, comandante de uma divisão naval de 5 cruzadores, usando a "diplomacia das canhoneiras", autorizada pelo presidente Cleveland, impediu, após um tiro de advertência do cruzador Detroit, que o navio Trajano, da esquadra, impedisse um barco americano de desembarcar sua carga, antes de ser inspecionada. Declarou-se, então, que qualquer ato de parte de 1/5 da esquadra revoltada contra navios americanos seria tomado como pirataria, por não considerá-la beligerante.⁴

4. O desempenho de Salvador Moreira e os resultados de sua ação diplomática junto aos EUA constam do apêndice 3. O secretário de estado dos EUA era o general Walter Gresham. Salvador de Mendonça teve a seu cargo a aquisição, nos EUA, dos navios Niterói, Andrade e Piratini, para a esquadra legal do almirante Gonçalves.

A intervenção estrangeira, da qual resultou o Acordo de 5 de Outubro, foi bem recebido pela esquadra, pelo governo e pelos interventores. Para a esquadra representava a economia de já escassas munições, poupava danos em seus navios e baixas em suas tripulações nos duelos de artilharia, nos quais o governo levava nítida vantagem, além de lhe dar maior liberdade de manobra próximo às praias junto ao Rio de Janeiro. Para o governo, o Acordo o tomou inatacável em sua sede política, dando-lhe tempo para organizar a resistência em todo o Brasil e ordenar, tranquilamente, às suas representações em Nova Iorque, Londres, Toulon e Montevidéu, visando à formação da esquadra legal, receber, do exterior, armamentos e munições necessários, mobilizar forças no restante do Brasil, em especial no norte e nordeste. Para isso, mobilizou o cabo submarino e os telégrafos, e obteve recursos abundantes. Para a intervenção estrangeira, o Acordo poupava o trabalho difícil, e talvez cruento, de assegurar proteção aos interesses comerciais e às vidas de compatriotas, como ocorreu com a Itália, que forneceu a primeira vítima da Revolta: um marinheiro seu foi morto, à bala, por forças do governo, acidentalmente, tendo este de pagar, à Itália, pesadíssima indenização.

A intervenção estrangeira se completou na organização e operação da esquadra legal, ao comando do almirante Jerônimo Gonçalves e, em grande parte, formada com navios, equipamentos, armamentos e munições adquiridas dos Estados Unidos e Europa (Prússia e Inglaterra) e guarnecida expressivamente por marinheiros americanos, ao lado de alunos das escolas militares de Fortaleza, Rio e Porto Alegre, mobilizados para a emergência, na falta quase absoluta de marinheiros brasileiros não revoltados.

O apoio americano ao governo deveu-se, em grande parte, na frente diplomática, à ação do embaixador brasileiro em Washington, Salvador de Mendonça, que habilmente procurou demonstrar que as nações européias eram simpáticas à revolta, a qual era, inclusive, apoiada pela Inglaterra, que oferecia munições aos revoltosos, para que o Brasil fosse a segunda monarquia a ser restaurada nas Américas, depois do Haiti.

Para procurar junção com a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a Revolta na Armada estabeleceu, em Santa Catarina, que se havia desligado da União, o governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil que, em vão, procurou reconhecimento internacional. Presidiu-o, de 14 de outubro de 1893 a 12 de março de 1894, de forma unitária e com caráter militar, o capitão de mar- e- guerra Frederico Guilherme de Lorena, que fora despachado da esquadra do Rio, no comando da Divisão Naval Expedicionária, para tentar juntar-se aos federalistas no sul e, com eles, compor o governo provisório do Brasil. Esse infausto governo, em desestabilização progressiva, enfrentou grandes dificuldades, por haver se pronunciado contra o manifesto de Saldanha da Gama, considerado como de sentido restaurador da Monarquia e por apresentarem, seus integrantes, ideologias diversas sobre o verdadeiro sentido de República, darem demonstrações de vaidades e ciúmes e, por não terem feito Gaspar

Silveira Martins, líder da Revolução Federalista, exilado em Montevidéu, embaixador do governo provisório junto a Argentina e Uruguai, fato que provocou ser taxado, pelos federalistas, por seu caráter militar, de "um arremedo do governo federal de Floriano Peixoto". Em represália, Silveira Martins foi taxado de "o maior mal que assolava o Estado do Rio Grande do Sul".⁵

Lorena, após substituído por um triunvirato civil, ao qual não compareceu o representante federalista do Rio Grande do Sul e que durou só um mês,⁶ terminou sendo preso e humilhado publicamente, por ordem do governo local legal, representado pelo coronel Moreira Cezar, ao qual se atribui seu fuzilamento, como represália aos federalistas, que haviam praticado atrocidades contra republicanos governistas em Santa Catarina e no Paraná.⁷

- 5- Segundo Vilalba, em *A Revolução Federalista no RGS*, Lorena não se entendia com Alexandrino de Alencar, comandante do Aquidabã, que fora imediato de Saldanha da Gama. Com este, se entendia bem, e não com Custódio de Mello. Alexandrino acusou Lorena de, em Santa Catarina à frente do governo provisório, só cuidar de política e pouco ou nada da defesa de Santa Catarina. Alexandrino e Lorena foram dos poucos oficiais da Marinha que aderiram à Proclamação da República e conspiraram bastante nesse sentido Alexandrino no comando de forças navais que apoiaram a derrubada do Gabinete, em 1889, no quartel-general do Exército.
- 6- A esquadra legal, batizada de "esquadra de papelão", é focalizada por E. Villalba, em *a Revolta da Armada*, 3ª ed., p. 171-185, e a sintetizamos no apêndice 2, com a incorporação de outras fontes. Vilalba destaca a procedência e características técnicas dos navios adquiridos nos EUA e na Prússia, e faz uma defesa do almirante Jerônimo Gonçalves, cujas ordens - do -dia ele publica. Na obra *Revolução Federalista no RGS*, Vilalba demonstra que os federalistas não se entendem com os revoltosos. A respeito do governo provisório em Santa Catarina, publica os doc. 81, 84,87,88,90,93,100,101, 103, 104 e 106. O entendimento revolta-revolução chegou muito tarde.
7. Vilalba, op. cit, nota 6 — Ver. Fed. RGS, publica o doc. 116, que nomeia Moreira Cezar governador provisório civil e militar de Santa Catarina.

A intervenção estrangeira de que resultou o Acordo de 5 de outubro, foi solicitada e estimulada pelo governo, que dele muito se beneficiou, por ganhar tempo em sua estratégia de domínio da Revolta, e por usar forças navais estrangeiras em seu benefício, até que pudesse dispor de meios navais, em mobilização.

Por outro lado, a esquadra beneficiou-se, diretamente, da intervenção de navios de guerra portugueses, que receberam os revoltosos após deporem as armas, na condição de asilados políticos e, indiretamente, de início e após diretamente, da intervenção do Uruguai e da Argentina. Esses dois países serviram de asilo e, mesmo, de base de operações de quatro invasões federalistas ao Brasil. Na 4ª e última, feita por Uruguaiana, o almirante Saldanha da Gama,⁸ no comando de tropa federalista e remanescentes da Revolta da Esquadra, sob a denominação de Exército Libertador, encontrou a morte em Campo Osório, em 24 de julho de 1895. Foi perda de um grande brasileiro,⁹ que até hoje muitos patrícios justamente lamentam tal como a morte do marechal Floriano Peixoto, vítima de moléstia insidiosa, ocorrida 5 dias após, na localidade de Floriano, em Barra Mansa.

8. Vilalba, op. cit nota anterior, doc. 116, refere-se ao sítio de Bagé com a participação de "500 desertores, bandidos orientais" (uruguaios). Wenceslau Escobar, historiador federalista insuspeito, em seus *Apontamentos Rev 93*, refere que os executores do massacre ou genocídio de Rio Negro, em 28 de novembro de 1893 foram o uruguaio Adão Latorre e auxiliares correntinos (argentinos). Outros referem a facilidade com que Zeca Tavares, responsável por haver ordenado o referido genocídio de civis republicanos em número de 300, de mobilizar uruguaios para lutarem contra o governo do Brasil e do Rio Grande do Sul, em 1893-95. Júlio de Castilhos em sua correspondência, sempre denuncia o apoio uruguaio e argentino aos federalistas. E uma questão que necessita um aprofundamento.
9. Osvaldo Aranha fez antológico discurso, em 1940, junto ao monumento de Saldanha da Gama, inaugurado em seu centenário, no Jardim de Alá. Frederico Vilar, em trabalho biográfico sobre Saldanha, *Revoluções que eu vi*, o transcreve. Merece ser lido e meditado pelos brasileiros.

As intervenções dos nossos vizinhos trouxeram, para as fileiras federalistas, combatentes uruguaios e argentinos. A eles se atribui a introdução do triste costume de degolar prisioneiros inermes, como o ocorrido no massacre do Rio Negro (Estação de Hulha Negra), em Bagé, onde argentinos correntinos se encarregaram de matar, por degolamento, cerca de 300 civis integrantes de um Corpo Provisório do Governo do Estado, composto de bageenses, piratinienses e canguçuenses, ao comando do coronel Manoel Pedroso, também degolado na ocasião. Gaspar Silveira Martins tomou conhecimento desse massacre por intermédio do general Joca Tavares, que comandou a vitória federalista em Rio Negro, em 28 de novembro de 1893.¹⁰ Nessa ocasião, no Rio, a Revolta procurava apoio dos federalistas, sem êxito, e Saldanha da Gama era pressionado, pela Revolta e pelo governo, a definir-se. A comunicação feita a Gaspar Silveira Martins por Wenceslau Escobar assim se expressava: "Do inimigo ficaram no campo 200 mortos, contando os que em grande número foram exalar o último suspiro num mato próximo. "Queria dizer que todos foram degolados por mercenários platinos e por ordem superior, não por iniciativa própria."¹¹

10. Produzimos trabalho sob o título "Centenário do Massacre do Rio Negro" para Antologia da Revolução de 93, do Círculo de Pesquisas Literárias de Porto Alegre, em 1993. Ampliamos expressivamente esse trabalho, para publicação na RIHGB, por tratar-se de um massacre civil, por degolamento, de 300 civis republicanos que se renderam sob garantia de vida a tropas revolucionárias federalistas. O genocídio não tem precedentes na História do Brasil. Por motivos que desconhecemos, vem sendo escondido, silenciado e distorcido contribuindo, assim, para a falsa idéia do brasileiro cordial. O comandante, em Rio Negro, foi o general João Nunes da Silva Tavares. Sobre ele recai a responsabilidade moral desse evento cruel.

11. O federalista Germano Hasslocher em, A Verdade sobre a Revolução de 93 (Palegre, s/ed., 1894, 69 págs.) condena Gaspar Silveira Martins, por não haver censurado seus partidários responsáveis pela carnificina de Rio Negro, a qual descreve com detalhes e não deixa de apontar os responsáveis.

A Revolta na Esquadra foi funesta para a economia do Brasil, para a unidade e harmonia da família brasileira e de suas forças armadas, e desastrosa para a nossa marinha de guerra que, ao invés de impor e consolidar os objetivos que a levaram à revolta, segundo o abalizado, sério e isento historiador naval contemporâneo, almirante Leôncio Martins, "se desfez moral e materialmente, criando cisões e provocando feridas que só não foram mais graves e profundas, graças a anistia concedida, em 1895, pelo presidente Prudente de Moraes".

O almirante Leôncio, aliás, vem procurando desmistificar a interpretação do episódio que, de longa data, vem sendo passada à posteridade militar naval e terrestre brasileira, para que, eliminada a ótica corporativista, em nome de um falso espírito- de- corpo, ela não venha causar maiores males às relações Marinha e Exército, por responsabilizá-las por esse desencontro lamentável. A responsabilidade deveu- se, sim, às suas lideranças, à época, que ambas instituições tiveram que seguir, em nome da hierarquia, da disciplina e da lealdade aos chefes.¹² Essas autoridades, sim, devem responder por seus atos no tribunal da História, dentro do princípio castrense de que "o chefe é responsável pelo que acontece ou deixa de acontecer em sua jurisdição de comando".

A Revolta da Esquadra traz preciosas lições, visando a manter a unidade e integração das Forças Armadas do Brasil, responsáveis por sua segurança, e não por sua insegurança, como foi o caso, ao ponto de atrair a intervenção estrangeira. Essa intervenção inclusive, planejou desembarcar 750 homens na Praça 15 de Novembro, no Rio, para proteger súditos de seus países, caso o Rio fosse bombardeado pela Esquadra. A intervenção foi recusada pelo governo de forma enérgica, sob o argumento que tinha condições de proteger os interesses estrangeiros no Rio. O fato originou a lenda de que, perguntado como seria recebida a intervenção estrangeira naquelas condições, Floriano

teria respondido: "À bala!"¹³

As novas dimensões dos estudos de História Militar fornecem lições preciosas que isolam os mecanismos responsáveis pela eclosão de revoluções e guerras, e os coloca a serviço dos líderes, para evitar que elas aconteçam. A obra pacificadora do Duque de Caxias é rica nesse tipo de ensinamentos, mas parece foi esquecida por lideranças do Exército e da Marinha, após a Proclamação da República, ao se empenharem em disputa pelo poder, após haverem estado juntas na Proclamação da República. É um caso para estudo mais profundo e isento, a ser feito mais tarde, longe das paixões que ainda se fazem sentir e das pressões corporativistas. Esse dia está chegando e, com ele, preciosos ensinamentos serão retirados da história crítica do episódio.¹⁴ Ele envolveu lideranças exponenciais do Brasil, que hoje ocupam um lugar merecido no Pantheon dos heróis da nacionalidade. Aí chegaram por consagração popular, em razão das preciosas lições que deram aos pósteros, na paz e na guerra, como os marechais Deodoro e Floriano, general Gomes Carneiro, almirantes Jerônimo Gonçalves, Custódio de Mello, Wandenkolk, Saldanha da Gama, comandante Lorena, Júlio de Castilhos, Silveira Martins, Gumersindo Saraiva, que atuou com brilho como general federalista, além de outros.

12. Alexandrino Faria de Alencar, revoltoso comandante do Aquidabã e, depois, combatente federalista, veio a tomar-se mais tarde ministro da Marinha de três governos. A ele se atribuem possíveis injustiças praticadas com os legalistas da Marinha, no combate à Revolta da Armada, e a pedra que foi colocada em cima da memória, vida e obra do almirante Gonçalves.

13. O marechal Floriano recusou tentativas dos EUA de intervir, diretamente ou em conjunto com forças navais das nações européias, para pôr fim a Revolta da Armada. Ao contrário, fez questão de organizar uma esquadra legal, para tratar do problema, conforme abordamos no apêndice 3. Floriano, ao organizar a esquadra legal, deve ter se inspirado em sua experiência pessoal, quando comandou, como capitão, expressiva flotilha fluvial, com a qual combateu os paraguaios que invadiram o Brasil ao longo do rio Uruguai e, depois, realizou o cerco fluvial dos paraguaios em uruguaiana, onde se renderam, em presença de D. Pedro II.

14. Ver nota 12. Veja-se como Alexandrino de Alencar, no doc. 116 de Vilalba. A Revolução Federalista de 93 no RGS. doc. 113, p. 281, julgou mal a esquadra legal e o almirante Gonçalves, não poupando elogios ao comandante da contra torpedeiro Gustavo Sampaio.

É de se lamentar que não tenham eles encontrado, na época, um denominador comum para impedir a eclosão da revolta e permitir a aplicação de suas capacidades de liderança na solução dos graves problemas enfrentados pelo Brasil, em transição da monarquia para a república. A república necessitava, para sua consolidação, de grande esforço de cooperação, além de renúncia temporária de posições, não de autoritarismos, imposições e, por fim, da revolta que tantos males causou, e ainda causa, ao Brasil. A revolta foi um desperdício de energias e de oportunidades. Seus líderes, em maioria, comprometeram a própria saúde, desaparecendo precocemente, ou imolando suas vidas preciosas. Que seus sacrifícios e vidas sirvam de reflexão às lideranças, para que, pacífica e democraticamente, saibam procurar e encontrar os melhores caminhos para a construção do futuro do Brasil.

PREMISSAS DA PRESENTE INTERPRETAÇÃO

- O governo do marechal Floriano Peixoto era constitucional por decisão do Congresso, que lhe conferiu poderes para combater a Revolta sob estado- de- sítio.

- Não foram as instituições permanentes Exército e Marinha que se confrontaram, mas sim suas lideranças eventuais, que devem responder, no tribunal da História, pelos erros, equívocos e excessos praticados no envolvimento político dessas instituições na época em foco.

- As intervenções estrangeiras que beneficiaram o governo e, em menor grau, a esquadra, são uma constante na História Militar, dentro da máxima de que "não existe amizades entre nações e sim interesses".

- Não fora a intervenção estrangeira, com o Acordo de 5 de Outubro de 1893, é bem possível que o Rio de Janeiro e sua população fossem alvo da retaliação incontável dos revoltosos versus governo.

- Ainda é cedo, por não existir, ainda, um clima isento, para um estudo crítico da atuação do governo e da Revolta, a fim de que dele se tirem lições. As fontes disponíveis, em maioria, são parciais, as barreiras corporativistas ainda se fazem sentir, bem como as pressões de mistificações e preconceitos. Mas dia chegará em que do episódio se retirarão preciosas lições para a manutenção da unidade entre as forças armadas. E um estudo que deve ser feito e que não deve ser omitido à posteridade, para que a História não se repita.¹⁵

- O governo provisório da República do Brasil que a revolta estabeleceu, não teve nenhum reconhecimento internacional.

15. Observo uma preocupação política de esconder-se, ou minimizar-se, os episódios trágicos de degolamentos de civis inermes em Rio Negro e Boi Preto. Em alguns casos, tenta-se justificar a violência, recorrendo a verdades populares sem base histórica. Observo a preocupação da historiografia de não abordá-los, ou camuflar a responsabilidade de ambos, o general Joca Tavares e o coronel Firmino de Paula. Rio Negro foi uma traição à causa federalista e, sobre esse tristíssimo evento, é difícil obterem-se fontes. Até hoje não se sabe os nomes das vítimas e a intimidade do massacre. Dados têm sido substituídos por histórias, lendas e versões de natureza partidária. Impõe-se que os maragatos (federalistas) e os pica-paus (republicanos) exorcizem, condenem Rio Negro e Boi Preto, e peçam desculpas à humanidade, ao Brasil e à sociedade sul-rniograndense por aqueles crimes, de igual forma como o Papa reconheceu, publicamente, o equívoco do Tribunal da Inquisição, condenando Galileu Galilei, e os alemães, pedindo desculpas aos judeus pelo genocídio que os nazistas cometeram contra eles na última guerra. Este seria o comportamento ideal. Por oportuno, aqui traduzo o pensamento do historiador Tarcísio Taborda na Revista Militar Brasileira, nº 1, jan/mar 1970 a respeito do massacre do Rio Negro: "Rio Negro, terrível episódio que dizimou os governistas e por isto se tomou símbolo de traição e da deslealdade para com o inimigo rendido." Ou, então, o do coronel João Cezar Sampaio, que comandou a Divisão do Sul que libertou Bagé, ao passar por ali e deparar, mais de mês após, como tétrico cenário do massacre de 300ci vis que permaneciam insepultos: "Ante o horrendo quadro, ao mesmo tempo que sentia confranger-me o coração, ao contemplá-lo e às vítimas da ferocidade de seus semelhantes, lamentei não dispor de uma máquina fotográfica, para perpetuar esta ação execrável. Hoje porém (1920) dou-me parabéns por não tê-la encontrado, pois me sentiria envergonhado, humilhado mesmo, se em outros países pudessem ver reproduzidos este quadro que só encontraria similar entre canibais (SAMPAIO. O Cel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar. Palegre, Liv. Globo, 1920). Já o citado Dr. Wenceslau assim se manifesta, embora federalista: "Perante a civilização e as leis humanas nunca os assassinatos praticados em Rio Negro poderão justificar-se."

CAUSAS DA REVOLTA

- Divergências sobre a forma de governo republicano¹⁶ a ser implantada no Brasil, entre lideranças do Exército e da Marinha que participaram da Proclamação da República.

- Posição política dominante de lideranças do Exército no governo, após proclamada a República. Essa posição era almejada e pleiteada por lideranças da Marinha, como os almirantes Custódio de Mello e Eduardo Wandenkolk, que haviam se arriscado, ao tomarem parte ativa na vitória do movimento. Eles contavam ter maior participação política e administrativa, ou ter voz e vez na condução dos destinos da República. Não atendidos, ou ouvidos, em suas aspirações, pelo que classificavam de militarismo exercido por lideranças oriundas do Exército no governo, passaram a fazer oposição ao governo do marechal Deodoro, que obrigaram, inclusive, a renunciar e, depois, ao de Floriano Peixoto, contra o qual os almirantes citados foram até à revolta armada.

16. Uma causa remota, a concluir-se de As revoluções que eu vi, do almirante Frederico Vilar, foi a recusa do presidente, marechal Deodoro, em aprovar o muito oneroso projeto do senador Glycério que consistia na concessão de 100 mil contos de ouro como garantia de juros à Companhia Hidráulica, à qual seria entregue "o vasto e precioso local do Arsenal da Marinha no

Rio, cujas oficinas e outras repartições navais ali existentes seriam transferidas para outro local que o governo deveria adquirir para tal fim." O veto de Deodoro provocou a renúncia do ministro da Marinha, almirante Wandenkolk, e do restante do Ministério que o apoiava. Aí, o Congresso, de maneira inconstitucional, passou a derrubar, ditatorialmente os vetos de Deodoro. Isso seria uma das motivações para Deodoro fechar o Congresso e dissolvê-lo, em 3 de novembro de 1891, fato que provocou a Revolta de 23 de novembro e a renúncia de Deodoro em favor de Floriano. O evento teve muitas trágicas consequências para a sociedade do Rio Grande do Sul, ao ser deposto Júlio de Castilho e, em seu lugar, assumir o "governicho de triste memória". No fundo, havia uma mágoa pelo incidente ocorrido em 15 de novembro de 1889, no qual o ministro da Marinha, barão de Ladário, duelou à bala com a escolta de Deodoro, terminando por sair ferido. Wandenkolk foi estudado por Dino Willy Cozza nos Anais do Congresso ... Proclamação da República (Rio, IHGB, 1989).

- Bloqueio, da parte de lideranças do Exército, à maior efetividade na participação de lideranças da Marinha no governo, por acharem que havia sido pouco expressiva a participação de lideranças da Marinha na Proclamação, ao contrário do Exército.

- Reação armada da esquadra, em 23 de novembro de 1891, liderada pelo almirante Custódio de Mello, ao ato de dissolução do Congresso, decretada com apoio dos governadores, em 3 do mesmo mês, como protesto do marechal Deodoro a oposição que lhe era feita, impedindo-o de concretizar "o que era o melhor para o Brasil". Custódio de Mello, almirante e deputado, a bordo do encouraçado **Riachuelo**, intimou o marechal Deodoro, presidente da República, muito doente, com um tiro disparado na torre da Candelária, a que renunciasse, o que conseguiu. O ato não contou com o aplauso do almirante Saldanha da Gama, que viu Deodoro atuar no sentido de afastar lideranças expressivas do Exército da política, o que explica, a falta de apoio da instituição ao Presidente, deixando-o só.¹⁷

17. o almirante VILAR, op. cit, p. 35-37, informa que "em pouco tempo o almirante Saldanha da Gama, pelo encanto de seu magnetismo pessoal, pela sinceridade de seus propósitos, pelo seu nobre caráter e pelo calor de sua lealdade, tomou-se o amigo devotado, o colaborador íntimo, o homem de confiança do generalíssimo proclamador da República, em cuja defesa empunharia sua espada, resolutamente como o fez, em 23 de novembro de 1891". E prossegue: "Estoura a revolução de 23 de novembro de 1891. Saldanha da Gama, pessoa de confiança e particular estima do presidente Deodoro, foi convidado para exercer o cargo de ministro da Marinha... Recusou. Preferiu e aceitou o cargo de chefe do estado-maior da Armada e preparou a resistência aos revolucionários. E os teria batido, se Deodoro, doente, cansado e enojado da política, não lhe houvesse enviado ordens terminantes para não agir, pois mandara chamar Floriano e renunciava em suas mãos a presidência da República. Saldanha da Gama obedece a Deodoro exatamente quando Custódio de Mello encalhara o Riachuelo nos baixos de Niterói e o Aquidabã não podia mover-se senão a reboque, podendo assim Saldanha, chefe do estado-maior da Armada, atacá-lo com o Solimões, que se achava na Armação recebendo munições e cuja guarnição foi reforçada com destacamentos levados de Villegaignon". Saldanha deixou o Solimões e, face à ordem de Deodoro de não resistir, retirou-se para a fazenda de seus avós em Colégio, Campos, até ser nomeado comandante da Escola Naval, em 7 de abril de 1892.

- Influência de Custódio de Mello, homem forte do governo do marechal Floriano Peixoto, com o qual pouco a pouco passou a divergir, até abandonar o ministério em 23 de abril de 1893, por não conseguir impor seus pontos de vista, inclusive o de Floriano fazer uma intervenção federal inconstitucional no Rio Grande do Sul, para pacificar a Revolução Federalista. Custódio de Mello havia participado do combate às revoltas das fortalezas de Santa Cruz lideradas por um sargento, da repressão ao manifesto dos 13 generais, incluídos aí 4 almirantes e, entre eles, Wandenkolk, intimando Floriano a convocar eleições para substituir o marechal Deodoro, em contradição com o Congresso que o confirmara, e ordenado a destituição dos comandantes da canhoneira Marajó e da flotilha do Rio Grande, que haviam feito intervenção, do lado da oposição, contra o presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Júlio de Castilhos.

- Apoio velado que o presidente Floriano Peixoto dava ao governo de Júlio de Castilhos no combate à Revolução Federalista, liderada pelo Dr. Gaspar Silveira Martins, suspeito de pretender restaurar a monarquia, e com o qual lideranças do Exército haviam se desentendido em passado recente.¹⁸

- Reação de lideranças da Marinha ao presidente Floriano Peixoto. Quando os almirantes foram consultados para exercerem o cargo de ministro da Marinha, declinaram o convite, inclusive o almirante Saldanha da Gama, que respondeu de forma pessoal e insultuosa, em nome de sua contrariedade pelo predomínio político de lideranças do Exército no governo, o que ele classificava de militarismo.

- Eleição, para a presidente do Clube Naval, por quase maioria dos sócios, do almirante Wandenkolk, signatário do manifesto dos 13 generais e 1º ministro da Marinha na República, quando se encontrava em Buenos Aires, onde declarou que iria organizar ações navais em apoio aos federalistas gaúchos, em protesto por sua prisão e exílio.

- Tentativa frustrada do almirante Wandenkolk de, liderando os navios Júpiter, frigorífico mercante que armou, e o mercante Itália, desembarcar em Estreito e São José do Norte e fazer junção com Gumersindo Saraiva, que lá não pôde comparecer.

18. Gaspar Silveira Martins não era benquisto no Exército. Tivera divergências com Osório que muito o desgostaram suas palavras antes de morrer, "morro e esqueço as ingratidões" referiam-se às ingratidões de Silveira Martins. O Perfil Parlamentar de nº 14 (Brasília, Câmara dos Deputados, 1979) mostra que ele desejou seguir a carreira militar, mas foi impedido, por problemas de visão. Estudioso de História Militar da Europa, com base nesses conhecimentos, Silveira Martins fazia críticas ferinas a chefes militares, como a Deodoro, por pretensa corrupção à frente do governo do Rio Grande. Consta que, nessa época, ele teria disputado as preferências de unia bela dama gaúcha, o que veio a acirrar a inimizade entre os dois. Segundo versão difundida, Deodoro só aceitou proclamar a República, ao saber que o possível chefe do novo gabinete seria Silveira Martins que, em consequência, foi preso em Santa Catarina e desterrado por dec.nº78 de 21 de dezembro de 1889 para a Europa. Intervenção do marechal Cândara junto a Deodoro abrandou-lhe os castigos.

- Captura do Júpiter e prisão incomunicável, na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio, do almirante e senador Wandenkolk, acusado, junto com seus oficiais, de pirataria, o que mereceu protestos da opinião pública e uma argumentação favorável ao almirante, de parte de Ruy Barbosa.

- Clima de conspiração aberta que passou a lavrar na Marinha, julgando, muitos oficiais, que a única maneira de desagrar a honra da Força seria a rebelião clara, com a deposição do presidente Floriano Peixoto, e fazer suas lideranças partilharem, junto com lideranças do Exército, das responsabilidades políticas e administrativas do governo.¹⁹

19. Álvaro R. Vasconcelos, em O Almirante Custódio de Mello e a Revolta de 93, RIHGB, v. 175, 1940, páginas 339-559 e ano de 1949, páginas 347-378, defende Custódio de Mello das acusações de haver arrastado a Marinha à revolta em 6 de setembro de 1893; de assim ter procedido por ambições políticas e pessoais, pela incapacidade de bem conduzir a Revolta à vitória, de haver desamparado o almirante Saldanha e de nada haver feito após deixar o Rio e ir para Santa Catarina. Segundo o almirante Leôncio, em Anais Congresso Nacional Proclamação da República, v 2, p.109: "o almirante Custódio era considerado tecnicamente o oficial mais completo de sua geração. Hábil artilheiro... Não encontrei nenhuma referência sobre sua capacidade como estrategista naval. Era corajoso."

O PLANO MILITAR DA REVOLTA

De um complexo de operações, previstas para durar 4 meses, constava:

- rebelar a esquadra brasileira, então chamada Armada, e reforçá-la com navios mercantes armados e material e munições retirados dos depósitos navais da Marinha, em Armação (munições) e Mocanguê (carvão combustível);

- embarcar o Batalhão Naval (fuzileiros navais da ilha das Cobras) e o Corpo de Marinheiros (ilha de Villegaignom) para atuarem em apoio à esquadra, como força de desembarque;
- forçar, com a esquadra, a barra do Rio de Janeiro, defendida pelas fortalezas de Santa Cruz, Lage e São João e, a seguir, ocupar Santos, onde se esperava fossem recebidos reforços;
- apossar-se da cidade de São Paulo, que se transformaria em quartel-general ou possível sede do governo provisório, a ser estabelecido;
- irradiar a revolta para o norte, nordeste e sul do Brasil;
- com força terrestre poderosa, transportada por mar, desembarcá-la em Sepetiba e, com ela, conquistar o Rio de Janeiro e depor o governo;
- bloqueio naval dos portos sob controle do governo, privando-o de comunicações marítimas com o exterior. Foi o caso do Rio de Janeiro e de Niterói, que foram bloqueados, até os americanos intervirem e anular o bloqueio.

EXECUÇÃO DO PLANO

O plano era cheio de condicionantes. Conseguiu-se revoltar a esquadra e apossar-se de munições no Laboratório Pirotécnico, na Armação, e de carvão de pedra combustível da ilha Mocanguê, pertencente a firmas privadas nacionais e estrangeiras. Conseguiu-se contornar a falta de uma peça essencial do encouraçado Aquidabã, que estava com o governo, por medida preventiva.²⁰ Não se previu a possibilidade de intervenção de navios estrangeiros e não poder sair barra afora, em razão de o almirante Saldanha da Gama e seus comandados terem permanecido neutros, na antevisão do que iria acontecer de funesto para a Marinha, cujo futuro o almirante procurou preservar, evitando que os aspirantes da Escola Naval e o Corpo de Marinheiros, bem como as fortalezas das ilhas das Cobras, Willegaignom e das Enxadas tomassem parte na revolta. Pressionado²¹ a fazê-lo, pelo governo pela Revolta, ele e seus alunos, Saldanha aderiu à revolta 3 meses mais tarde, fazendo um manifesto entendido como restaurador da monarquia.²² Isso atraiu contra si o repúdio de expressiva parte da opinião pública, da intervenção americana, que pôs fim ao bloqueio naval do Rio e de Niterói, do presidente do governo provisório da Revolta em Santa Catarina, o comandante Lorena, além de colocar nas mãos do presidente Floriano Peixoto, a bandeira de "consolidador da República".

20. O almirante Frederico Vilar, op. cit. aponta o que, a seu ver, fora imprevidência de Custódio de Mello: "abandono da ilha das Cobras, posição estratégica dominante da baía de Guanabara, com diques, oficinas navais, depósitos de combustíveis e de suprimentos vários, hospital, laboratório, quartéis, presídio, baterias e subterrâneos; da Armação, com vasto depósito de canhões torpedos, munições, e oficinas de armamento; das ilhas Mocanguê, Viana e as da enseada São Lourenço, com oficinas e diques; vastos paióis de pólvora do Matoso, na ilha do Governador, que voaram, após, pelos ares. Parece que em tudo ele se baseava na certeza displicente de que Floriano "não reagiria". Saldanha é que foi ocupar a ilha das Cobras, "onde encontrou sentenciados famintos, sedentos e furiosos, ao ponto de um deles investir armado de faca contra Saldanha, que o dominou pessoalmente".

21. Saldanha da Gama enfrentou o seguinte dilema: "obedecer o Governo que, inicialmente o prestigiou e apoiou sua neutralidade e, tão logo teve forças, o pressionou a definir-se, através de diversas manobras, ou cumprir o compromisso moral de preservar os aspirantes e os marinheiros e, assim, o futuro da Marinha e, finalmente, impedir por todos os meios que eles aderissem à Revolta. Para Frederico Vilar, op. cit. pág. 65, "a neutralidade de Saldanha era sincera", não conseguindo impedir evasões de aspirantes, os quais, em determinado momento, foram aderir a Custódio, de onde os trouxe após cena histórica patética, digna de um filme, e de um tratado de liderança, que Vilar descreve às páginas 69-71.

22. Frederico Vilar, op. cit. págs. 75-80, nega a intenção de Saldanha de restaurar a Monarquia, e afirma que o manifesto explicativo a respeito não teve guarida na imprensa. FROT A, Guillierme Andréa, publica interessante estudo biográfico sobre Saldanha nos Anais do Congresso do

Centenário da Proclamação da República do Brasil (Rio, II1GB, 1989), v. 3.

Custódio de Mello ficou inativo esperando, talvez, que se repetisse, com o presidente Floriano Peixoto, o que impusera ao presidente Deodoro da Fonseca: a renúncia, para evitar derramamento de sangue. Mas aconteceu o que se atribui a previsão do almirante Saldanha da Gama: "Se o Custódio espera jantar hoje no Palácio Itamarati (sede do Governo) engana-se, pois o 'major' Floriano é duro e resistirá! "E não deu outra coisa!

Nem toda a oficialidade, além de Saldanha da Gama, aderiu à revolta. Muitos eram devotados ao presidente, por acharem que ele encarnava a própria República, e grande parte se manteve em posição de neutralidade. Só 1/5 foi à revolta.

A Esquadra, para não ficar imobilizada, despachou uma divisão expedicionária, chefiada pelo comandante Frederico Lorena, que deixou o Rio entre 17 e 18 de setembro de 1893, rumo a Santa Catarina, onde instalou o governo provisório do Brasil. A divisão era composta do cruzador República, da torpedeira Marcilio Dias e do cruzador auxiliar Palas. Em 1º de dezembro de 1893, foi a vez de Saldanha da Gama rumar para o sul, ao comando da "esquadra de fora", composta dos encouraçado Aquidabã e do cruzador auxiliar Esperança, com os quais manteve, junto com Lorena, o domínio das rotas navais costeiras do Brasil, até a chegada, em 10 de março de 1894, da esquadra legal no Rio, proveniente de Pernambuco.²³ Ficou no comando da "esquadra de dentro" o comandante Eliezer Tavares e, a seguir, Saldanha da Gama, que ficou apoiada no navio escola Liberdade, no cruzador Tamandaré, nas corvetas Trajano e Guanabara, na torpedeira Araguari e no monitor Javari, sem propulsão, que seria o único afundado, além de mercantes armados.

A esquadra disputou ferozmente a posse das ilhas do Governador, que o governo conquistou em 15 de dezembro, da Armação, que o governo conquistou em 5 de fevereiro, após encarniçado e mortífero combate, e de Mocanguê. Custódio perdeu a oportunidade de atacar a esquadra legal quando ainda em formação em Recife, e não dispôs de tropas de desembarque, com as quais pudesse conquistar e manter, em terra, posições estratégicas para a esquadra.

23. Vilar, cit nota anterior, sobre a não atuação de Custódio de Mello, que dominava as rotas no litoral do Brasil, sobre a esquadra legal, escreve, à pág. 83: "Por motivos que nunca chegamos a conhecer — segredos da nefasta República Nova instalada em Desterro (atual Florianópolis) — a nossa força naval do sul não foi ao norte combater os navios pacificamente reunidos pelo almirante Gonçalves, em Pernambuco e Bahia, portos abertos indefesos, de fácil acesso, e onde a revolta francamente contava numerosos partidários e recursos. Não impediu também a concentração da esquadra legal em Salvador." Recorde-se que Custódio era baiano e lá muito prestigiado e que a Revolta da Armada possuía pleno domínio no mar. Seguramente é possível que exista uma explicação logística.

O Governo agiu rápido. Colocou em prontidão o Exército, convocou a Guarda Nacional e mobilizou 4 batalhões patrióticos com estudantes. Conseguiu autorização do Congresso para decretar estado- de- sítio, o que lhe conferiu poderes ditatoriais. Solicitou, e obteve, apoio internacional dos EUA para pôr fim ao bloqueio naval e dar o status de "cidade aberta" ao Rio de Janeiro, para que não fosse bombardeado e não bombardeasse a esquadra. Nomeou o almirante Jerônimo Gonçalves, herói da Guerra do Paraguai, que estava inativo, para comandar a defesa do litoral da baía da Guanabara e, após, organizar e comandar a esquadra legal, com a qual, em 16 de abril de 1894, conseguiu, através da torpedeira legal Gustavo Sampaio, neutralizar, com um torpedo, o couraçado Aquidabã.^{2.1}

O presidente Floriano Peixoto, consolidada a República, presidiu na época certa sua sucessão, vencida por um adversário político. Passou o governo democraticamente, sem nenhuma manobra visando a perpetuar-se no poder. Tomou-se um ídolo popular e os aniversários de sua morte, por muitos anos, foram comemorados junto a seu túmulo, com

enorme afluxo popular.

24. Vide notas 2 e 12. Aliás, Alexandrino reconheceu o valor, a coragem e competência do comandante da Gustavo Sampaio, ao escrever: "Honra seja feita ao sr. 1º tenente Altino Correia, comandante da torpedeira Gustavo Sampaio. A ele, somente a ele, deve-se ter sido inutilizado o Aquidabã. Quanto aos outros, que sejam julgados por seus companheiros (E. Vilalba. Rev. Federalista RGS, pág. 215)". E prossegue, mais adiante: "Esta torpedeira cumpriu o seu dever antes de fugir, lançando um torpedo na proa do Aquidabã, enquanto as outras desapareciam no horizonte, deixando de secundar o seu bravo companheiro que, se fosse auxiliado, teria escrito uma página gloriosa para a Marinha de Guerra Brasileira, e que serviria de lição às marinhas de outras nações."

APÊNDICE 1: Navios de Guerra que Participaram da Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada (1893-94)

Os navios de guerra que apoiaram a intervenção estrangeira na transformação do Rio de Janeiro em "cidade aberta" e que, após, impuseram o rompimento do bloqueio naval pelos revoltosos foram os seguintes: **americanos**- cruzadores New Jark, Detroit, Charleston, São Francisco, e Nova York; **ingleses**- cruzador Sirius e canhoneiras Beagle e Racer, **francês**- cruzador Aréthuse-, **italiano**-cruzador Giovani Bausan; **portugueses**-corvetas Mindelo e Afonso de Albuquerque e **alemão**-cruzador Ancona, que não aceitou participar da intervenção mas que, em Santa Catarina, intermediou a entrega do Aquidabã e do Marcílio Dias pelos revoltosos, em 1º de abril de 1894.²⁵

No início da revolta participaram da intervenção: os três navios ingleses, o francês e o italiano acima citados, e mais a corveta Mindelo. Deflagrada a revolta, os EUA enviaram 5 cruzadores, os 2 últimos após a adesão de Saldanha da Gama à revolta, e Portugal mais uma corveta que, com a acima referida, interveio a favor dos revoltosos ao recebê-los como asilados políticos, transportando-os para Buenos Aires e, após, para Portugal, a bordo do D. Pedro II. Foram os cinco cruzadores americanos que impuseram o fim do bloqueio naval dos portos de Niterói e Rio à Revolta.

O Governo comprou dos EUA, armados e parcialmente guarnecidos por marinheiros americanos contratados pelo Brasil, os navios Niterói e Andrada adaptados como cruzadores, e as canhoneiras Pedro Ivo, Pedro Afonso, Silvado, Piratini, Silva Jardim e a Gustavo Sampaio, que atingiu o encouraçado Aquidabã, na noite de 1º de abril de 1894, com um torpedo na proa.

25. O comandante do Aréthuse era De Barbeyrac; o do Sirius era W.M. Lang; o do Bausan era Alberto de Libero; o do Charleston era Henry Picking, segundo G.A. Frota, com Anais Congresso Nacional. República (Rio, IHGB, 1989). VILALBA estuda a Esquadra Legal ou "esquadra de papelão, in: A Revolta da Esquadra, 3ª ed. págs. 171-187, onde trata de detalhes técnicos da mesma, bem como de suas unidades e procedência elogio e foto do almirante Jerônimo Gonçalves.

A intervenção estrangeira teve origem no seguinte documento por elas enviado para conhecimento, ao governo do Brasil: "Pedimos dizer ao senhor marechal que a esquadra estrangeira está autorizada a opor-se, pela força, à toda a tentativa do senhor contra-almirante Mello dirigida contra a cidade, e isto não por desejo de imiscuir-se nos negócios do Brasil, mas por causa dos interesses superiores da humanidade, relativamente a uma população sem defesa, da qual tão grande parte é composta de estrangeiros, cuja seguridade a esquadra tem o direito de garantir. Pedimos, como conseqüência, ao senhor marechal, queira tirar ao senhor contra-almirante Mello todo o pretexto de hostilidade contra a cidade, retirando as baterias que o marechal fez colocar nela e que a esquadra julga

inúteis para a sua defesa. Temos a honra de comunicar ao senhor marechal que, para cobrir a responsabilidade de nossos governos e a nossa perante eles, publicaremos a sua resposta, se ele julgar não dever aquecer ao nosso pedido. Voltando-nos para o lado do senhor contra-almirante Mello, nós lhe diremos que a cidade achando-se desprovida de qualquer meio de exercer hostilidade contra ele, estamos autorizados a opor-nos, pela força, a toda a tentativa de sua parte sobre a cidade. A bordo do Aréthuse, 1º de outubro de 1893."

Esse documento foi entregue aos agentes diplomáticos acreditados dos EUA, Inglaterra, França, Itália e Portugal, que o passaram ao ministro do exterior do Brasil, Dr. João Felipe Pereira que agradeceu a colaboração".

O ponto-de-vista dos revoltosos foi abordado pelo almirante Frederico Villar Revoluções que eu vi (Rio, BIBLIEx 1951

Ele foi revoltoso e acompanhou Saldanha da Gama, cuja memória defende, inclusive com o magistral discurso de Osvaldo Aranha na inauguração de monumento a Saldanha, em 14 de abril de 1940, no Jardim de Allah. Através dele, se entende a significação histórica daquele ilustre chefe. Por isso deve ser lido e meditado por todos os brasileiros.

O almirante Villar atribui, como uma das causas do insucesso político e militar da revolta, o fato de o almirante Custódio não ter atacado a esquadra do almirante Gonçalves, que pôde ser organizada calmamente em portos abertos e indefesos do nordeste. Ele revela que o almirante Custódio aprovou o Acordo de 5 de Outubro de 1893 nos seguintes termos — "como homem e brasileiro meus aplausos à medida"; que a intervenção das forças navais estrangeiras declarou em 1º de janeiro de 1894 não ter mais condições de garantir o Acordo de 5 de Outubro, por ter sido desrespeitado pelo governo, ao montar baterias no Morro do Castelo, e que, em 11 de março de 1894, o governo, sentindo-se forte, mesmo frente à intervenção estrangeira, avisou ao Rio que, dentro de 48 horas, romperia fogo contra os revoltosos e, logo após, entraria em ação a esquadra legal do almirante Gonçalves. Isso precipitou a capitulação dos revoltosos, atingidos, inclusive, pela beri-beri, obrigando-os a procurar asilo nas forças navais estrangeiras. Escolheram, para isso os navios de Portugal, comandados pelo capitão-de-fragata Augusto Vidal de Castilhos Barreto, também comandante das forças navais estrangeiras no Rio. Por isso ele foi perseguido, preso 89 dias, processado e absolvido, perdendo sua digna e modelar carreira, como bode expiatório, ou siri, na luta entre o mar (rei D. Carlos) e o rochedo (marechal Floriano).

APÊNDICE 2: A "Esquadra de Papelão" no Combate à Revolta de 1/5 da Armada (1893-94)

A Revolta de 1/5 da Armada, obrigou o governo a mobilizar uma esquadra legal que passou à História, penso que injustificadamente, como a "esquadra de papelão". Ela chegou a dispor de 14 unidades navais. Seu comandante foi o almirante reformado Jerônimo Francisco Gonçalves, herói da Guerra do Paraguai, onde, jovem oficial, comandou um dos encouraçados que forçaram o rio Paraguai, em Curupaiti.

A "esquadra de papelão", no seu auge, possuiu as seguintes unidades: cruzadores Niterói (ao comando do capitão-tenente Alexandre Baptista Franco) e Andrada (ao comando do capitão-tenente João Baptista das Neves);²⁶ o vapor armado Itaipú (ao comando do capitão-tenente Rodolfo Lopes da Cruz); corveta Parnaíba (ao comando do capitão-tenente João Augusto Soares Dutra); e torpedeiras comandadas por tenentes da Armada²⁷ — a Gustavo Sampaio²⁷ (comandada pelo 1º tenente Altino Flávio de Miranda Correia), a Pedro Ivo (comandada pelo 1º tenente Julio Alves Brito), a Pedro Afonso²⁹ (comandada pelo 1º tenente J.M. Paiva e, mais tarde, pelo 1º tenente Amynthas José Jorge); a Silvado (comandada pelo 1º tenente Américo Brasília Silvado), a Grenhalgh (comandada pelo citado tenente Amynthas), a Piratini (que era semi-submarina) e a Silva

Jardim (que foi a pique, após abalroada, entre o Recife e o Rio, pela Gustavo Sampaio). Como navio hospital e oficina funcionou o São Salvador (ao comando do 1º tenente José Americano Freire).

- 26. Em 1910 foi morto por marinheiros amotinados, na Revolta dos Marinheiros. Hoje é herói naval, promovido, post mortem, a almirante, além de ser nome da enseada de Angra dos Reis onde está situado o Colégio Naval.
- 27. Quando em alto mar, deslocavam-se rebocadas.
- 28. Nome dado em homenagem a aluno da Escola Militar, morto em combate, cm foco da Revolta da Armada na Praia Vermelha.
- 29. Nome dado em homenagem a um herói do Exército que tombou morto ao lado de Marcilio Dias e de Greenhalgh, em Riachuelo.

Em Montevidéu, foi formada a 3ª divisão da "esquadra de papelão" constituída pelo cruzador Tamandaré, que havia sido enviado para reparos, a fim de enfraquecer a esquadra, o Riachuelo que, de igual forma, havia sido mandado para reparos na Europa, e mais os navios Santos e Bahia.

Era, enfim, uma esquadra improvisada, tripulada por jovens oficiais da Marinha e do Exército, por alunos das escolas militares do Exército do Ceará, de Porto Alegre e da Praia Vermelha, e por marinheiros norte-americanos contratados em Nova Iorque, que tinham, a orientá-los, o almirante Jerônimo Gonçalves, o capitão- de- fragata Álvaro Nunes Belfort e o capitão de mar- e- guerra Gaspar da Silva Rodrigues, respectivamente comandantes da esquadra e das suas 1ª e 2ª divisões navais. Não se têm notícias do comandante da 3ª divisão.

No dia 21 de outubro de 1893, em Montevidéu, o almirante Gonçalves assumiu o comando da esquadra legal, então constituída do núcleo inicial, formado pelo cruzador Tiradentes, couraçado Bahia e vapor Santos. Ele chegara ao Uruguai a bordo do navio inglês Thames acompanhado de 6 oficiais da Marinha, 2 oficiais do Exército, 14 sargentos e 25 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Ao assumir o comando, baixou ordem-do-dia, na qual dizia de sua missão e de seu pesar, por tratar-se de lutas entre irmãos, que não oferecia glórias e nem produziria heróis, e que objetivava a restaurar a tranqüilidade do País:

"A luta que se esta travando não produz heróis, nem glórias, muito ao contrário, todo o sangue derramado, seja de quem for, nos enche de pesar, porque é sangue de irmãos, é sangue de brasileiros. E preciso que a lei seja respeitada e, colocando-nos ao lado do governo em sua defesa, cumprimos o nosso dever de brasileiros e de militares, que acima das simpatias pessoais colocam o amor à Pátria e, deste modo, o bem-estar e a tranqüilidade do lar brasileiro que presentemente sofre os horrores do sitio e os seus sobressaltos."

Em 26 de novembro de 1893, chegaram a Recife os navios adquiridos no estrangeiro para reforçar a esquadra legal. Eram os cruzadores *Niterói* e *Andrada* e as torpedeiras Gustavo Sampaio, Silvado, Pedro Ivo, Pedro Afonso, Piratini e Silva Jardim. O Niterói era guarnecido por 600 homens, metade brasileiros e metade americanos. O torpedeiro Bento Gonçalves foi inutilizado em Maceió.

Em 7 de dezembro de 1893, desembarcaram no Recife 125 alunos da Escola Militar do Ceará. Foram aquartelados no quartel do 2º Batalhão de Caçadores, em Afogados, onde se encontraram com alunos das escolas militares da Praia Vermelha e Porto Alegre, ao comando do capitão Marcos Curius Mariano de Campos. Nesse quartel, aguardaram a distribuição pelos navios da esquadra legal. Enquanto permaneceram na espera em 14 e 15 de janeiro de 1894, os navios revoltosos República, Uranus e Esperança atacaram e conquistaram o porto de Paranaguá, estendendo o domínio pelas redondezas (Antonina, por exemplo).

Operações da esquadra legal de 22 de janeiro a 23 de junho de 1894 (5 meses)

Em 22 de janeiro de 1894, o almirante Gonçalves chegou de Montevideu, a bordo do vapor Itaipú armado para guerra. No mesmo dia, à tarde, à frente da esquadra, zarpar com destino a Salvador, onde permaneceu todo o mês de fevereiro adestrando e homogeneizando, dentro do possível, sua tripulação jovem e improvisada para a emergência. Enquanto isso, em 29 de fevereiro, o almirante Saldanha da Gama tentara, em disputadíssimo e sangrento combate, conquistar a Ponta da Armação, e o legendário general Gomes Carneiro falecia na Lapa, que só capitulou após cumprir sua missão retardadora.

Em 1º de março de 1894, a esquadra legal deixou Salvador rumo ao Rio de Janeiro, onde chegou após dez dias de movimentada viagem, tendo fundeado fora da barra defronte da Escola Militar da Praia Vermelha. Foi um grande feito para uma tão heterogênea, não especializada e jovem tripulação.

Mario Clementino, mais tarde professor de História Militar na Praia Vermelha, assunto sobre o qual produziu obra valiosa e ainda atual, como tripulante do cruzador Niterói, registrou esta cena, à noite, no litoral de Pernambuco, quando brasileiros e americanos se confraternizavam:

"De repente, para terminar uma noite musical, um flautista da guarnição brasileira levantou-se e tocou o Hino Nacional Brasileiro. Todos indistintamente se puseram de pé e ouviram-no, recolhidamente. No final, as palmas dos americanos estrugiram no ar. Mas quando elas cessaram, uma comoção inteiramente imprevista para nós tocou-nos profundamente. A guarnição americana, de pé e unânime, cantava o seu Hino Nacional."

Em 11 e 12 de março, a esquadra legal fez demonstrações de um possível ataque ao temível e temido encouraçado Aquidabã, próximo a ilha dos Porcos.

Em 13 de março, a esquadra legal levantou ferros das ilhas Maricá e passou, ao meio dia, em frente à barra do Rio de Janeiro, onde assistiu o canhoneio das fortalezas da Lage e de Santa Cruz. Fundearam atrás da Cotunduba à espera de ordens. Ali, a esquadra legal conheceu a rendição, no dia anterior, dos revoltosos que, com seu comandante, almirante Saldanha da Gama, foram acolhidos como asilados a bordo de duas corvetas portuguesas.

Ainda as 13, às 16:30 horas a esquadra do almirante Gonçalves entrou na barra do Rio de Janeiro na seguinte formação: Niterói, Itaipú, Andrada, Gustavo Sampaio, São Salvador, e as torpedeiras Pedro Ivo, Pedro Afonso, Silvado, Greenhalgh e Piratini. Ela foi objeto de salvas e aclamações de parte das fortalezas de Santa Cruz e da Lage, Gragoatá e Armação, as que sustentaram maior reação à esquadra revoltada durante seis meses. A seguir, fundeou defronte a Niterói, cidade que fora a mais castigada pelo canhoneio dos revoltosos, já que o Rio fora declarado "cidade aberta".

Em 14, ela ajudou a eliminar os últimos focos da Revolta, tendo atuado, inclusive, em Paquetá. Nesse dia, o almirante Gonçalves, em ordem-do-dia, declarou terminada a revolta na baía de Guanabara.

O resto de março e primeiros dias de abril, a esquadra legal dedicou a preparar-se para expedicionar a Santa Catarina e lá combater remanescentes da revolta, escudados em alguns navios ao comando do almirante Custódio de Mello, entre eles o encouraçado Aquidabã, o único do Brasil.

Enquanto isso, de 6 a 12 de abril de 1894, o almirante Custódio de Mello à frente de remanescentes da revolta, a chamada "esquadra de fora", formada pelo cruzador República e vapores Ura-nus, Íris, Meteoro e Esperança, atacaram a cidade de Rio Grande com a divisão Federalista do general Salgado.³⁰ Na oportunidade, os revoltosos puseram a pique a canhoneira legal Cananéia, que mais tarde foi recuperada.

Operações da esquadra legal em Santa Catarina e no Paraná

Em 8 de abril de 1894, a esquadra legal deixou o Rio, rumo ao sul, em busca dos remanescentes da Revolta que teriam permanecido em tomo do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, estabelecido em Santa Catarina, tendo como capital a cidade de Desterro, atual Florianópolis.³¹ Governo, aliás, que lembra o governo farroupilha estabelecido em Laguna, SC, em 1839, onde foi proclamada a República Juliana, da qual os revolucionários pudessem se comunicar com o exterior.

- 30. Meu pai morava na barra, tinha quase seis anos e guardou na memória o episódio que o impressionou vivamente, inclusive os das vivandeiras que acompanhavam a tropa, que desembarcaram famintas e fizeram uma operação, hoje chamada arrastão, catando dos quintais e hortas dos moradores da barra, toda a sorte de alimentos encontrados, sem que sofressem nenhuma reação.**
- 31. Ambos governos foram marcados pelo insucesso e não cumpriram o que deles foi esperado pelas respectivas revoluções.**

A esquadra legal foi dividida em 3 divisões assim constituídas: 1^a—navios Niterói, São Salvador (tender) e Parnaíba', 2^a — navios Gustavo Sampaio, Pedro Ivo, Pedro Afonso e Silvado, 3^a — navios Santos, Itaipú e Tiradentes.

A esquadra chegou em Santos e ali deixou a corveta Parnaíba. Após navegar todo o dia 10, dia 11 deu entrada no Porto Belo, onde soube que o Aquidabã se encontrava próximo da fortaleza de Santa Cruz, na baía Norte de Santa Catarina. Reconhecimento realizado pelo vapor Itaipú comprovou a presença e a do Marcílio Dias.

Nessa ocasião, no capão do Boi Preto em Palmeira das Missões, RS, tropas legalistas, ao comando do coronel Firmino de Paula, massacraram, por degolamento, integrantes da tropa federalista, reeditando o massacre republicano de Rio Negro, Bagé, em 28 de novembro de 1893, quando republicanos foram degolados por tropa ao comando do general Joca Tavares. Literalmente, são duas manchas negras na memória do Rio Grande do Sul difíceis ou impossíveis de apagar.

A fortaleza de Santa Cruz, em Santa Catarina, foi bombardeada dias 13 e 14 de abril, respectivamente, pelo Andrada e pelo Itaipú, sem que a resposta lhes causasse danos. Em 16, às 00:00 horas, a esquadra suspendeu da enseada dos Ganchos e, às 2 horas, passou a bombardear a fortaleza de Santa Cruz, com os navios Tiradentes, Santos e Itaipú, e a fortaleza São José da Ponta Grossa, com o Andrade e o Niterói. As torpedeiras Gustavo Sampaio, Pedro Afonso e Silvado atacaram às 3 horas e foram alvo de vivíssimo fogo de parte do Aquidabã e das fortalezas.³²

As 3 e meia horas, noite escura ainda, as canhoneiras se aproximaram do temido Aquidabã e dispararam contra ele 3 torpedos, sendo que o único disparado pela Gustavo Sampaio logrou atingir o alvo. Ao amanhecer, a esquadra legal retomou ao ancoradouro, e, nesse mesmo dia, foi ancorar na enseada Canavieiras, local onde 123 anos atrás o vice-rei do Rio da Prata, D. Pedro Ceballos, fundeara, para depois invadir a ilha de Santa Catarina e dominá-la por algum tempo.

O cruzador alemão Ancona informou, ao almirante Gonçalves, que os revoltosos haviam abandonado o Aquidabã, atingido por um torpedo na proa, a bombordo. As 10 horas a esquadra legal formou em linha de combate defronte ao temido e legendário encouraçado. O Tiradentes o abordou e constatou não existir ninguém a bordo. A Gustavo Sampaio que o atingira no 1º torpedeamento realizado no Atlântico Sul, segundo estudiosos do assunto, embandeirou em arco e deu uma salva de 21 tiros. Uma guarnição do Niterói ocupou a fortaleza de Santa Cruz.

A vitória sobre o Aquidabã, de parte da "esquadra de papelão" tributa-se à tática usada pelo almirante Gonçalves de atacar à noite. Caso contrário, frente ao encouraçado, um ataque diurno justificar-lhe-ia, segundo especialistas, o apodo irônico de "esquadra de papelão". Eis que, com o concurso das fortalezas fixas e da móvel que era

o próprio Aquidabã, ela seria destruída.

Ainda em 17 de abril de 1894, dia que assinala o término da Revolta da Armada e da Revolução Federalista em Santa Catarina, o almirante Gonçalves ocupou a ilha de Santa Catarina, com 100 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, apoiados pelo cruzador Tiradentes e pela torpedeira Gustavo Sampaio. Em 18, mandou encravar os dois canhões montados pela revolta na fortaleza de São José.

No dia 19, chegou a notícia de que o almirante Custódio de Mello havia deposto as armas, em 15 de abril, e feito entrega, ao governo argentino, dos navios revoltosos República, Uranus, Meteoro, Íris e Esperança. Nesse dia, foi dado comando legal ao Aquidabã, em reparos.

Em 21 de abril de 1894, chegou à ilha o vapor Itaipú e, com ele, a desgraça para muitos revoltosos e revolucionários catarinenses e paranaenses, e familiares: o coronel Moreira Cezar, natural de Pindamonhangaba, SP, enviado como governador civil e militar de Santa Catarina.³³ Ele é acusado de massacres por fuzilamento e, sumariamente, de revolucionários e revoltosos, na ilha de Santa Cruz, e, em 25 de maio de 1894, no km 64 da ferrovia Curitiba—Paranaguá, do barão do Batovi Lobo d'Eça, marechal herói da Guerra do Paraguai, uniformizado, junto com outros companheiros. Tudo em nome da contra-violência inominável praticada por federalistas no Paraná e Santa Catarina. Era a lei de Talião, "olho por olho, dente por dente", ao invés de orientação mais consentânea, expressa pelo general Simon Bolívar: "nas guerras civis, é político ser generoso, pois, do contrário, a vingança aumenta progressivamente."

32. No ensaio "Em tomo da fortaleza São José da Ponta Grossa", Revista Militar Brasileira, ed. Jul/Dez 1977, p. 23-47, tivemos oportunidade de focalizar seu valor militar.

33. Militar polêmico que havia conquistado a Ilha do Governador, em duro combate durante a Revolta, e que encontraria a morte em Canudos, à frente de uma expedição que lhe coube comandar.

Os revoltosos do Rio de Janeiro, levados para Montevideu por corvetas de Portugal, inquietam-se e muitos conseguem fugir, até que remanescentes, embarcados em navio especialmente fretado, o D. Pedro III, foram transportados para Portugal e internados nas fortificações de Peniche e Eivas.

Em 23 de abril, a esquadra legal foi operar em Paranaguá e São Francisco. Entre 24 e 30, atuou em Paranaguá — Porto das Águas, onde restaurou a autoridade legal, inclusive em Antonina. Nesse interim, em Montevideu, o almirante Saldanha conseguiu libertar-se do navio português onde se asilara.

A esquadra restabeleceu a legalidade em São Francisco e, em 2 de maio, retornou à ilha de Santa Catarina, cruzando com o Aquidabã, que soçobrara no razo e estava sendo reparado para ser levado para o Rio de Janeiro. Em 4 de maio de 1894, após deixar o Aquidabã sob a proteção do Santos e das canhoneiras, a esquadra legal partiu para Montevideu, para buscar os navios dos revoltosos que o almirante entregara a Argentina. Devolvidos, haviam chegados a ilha Martim Vaz, rebocados, em 16 de maio. Eram eles o Íris, o 15 de Novembro (ex-República), o Meteoro, e o Esperança, que necessitavam de reparos, antes de voltarem ao Rio. Por essa razão a esquadra legal permaneceu em Montevideu até 8 de junho, de onde rumou para Santa Catarina, composta agora de 15 unidades. Após permanecer desde 10 nesse local, partiu para o Rio em 13, chegando na Ilha Grande em 17.

No dia 21 de junho de 1894, ela entrou na baía da Guanabara vitoriosa e com sua missão bem cumprida, tendo sido muito bem recebida, conforme relatou seu tripulante, o jovem Malan d'Angrone, mais tarde chefe do estado-maior do Exército. "Chegamos ontem de Montevideu, rebocando os navios aprisionados. Não te podes dar conta da acolhida do Rio de Janeiro, flores, salvas aclamações, bandeiras etc. Senhores que nos cumprimentam, senhoras a nos festejar, moças que nos sorriem..." Com ela vinha,

rebocado, o famoso encouraçado Aquidabã, que 12 anos mais tarde, na baía de Jacuacanga, explodiria acidentalmente, afundando com os corpos de muitos irmãos brasileiros mortos. Hoje seus restos ainda podem ser vistos no fundo do mar. O acidente comoveu todo o Brasil. Seu nome lembrava o local onde teve fim, em 1º de março de 1870, a Guerra do Paraguai.

A campanha da esquadra legal foi encerrada em 23 de junho, após cinco meses de atuação efetiva. Foi então dissolvida, e seu comandante, em ordem-do-dia, assim viu e registrou para a posteridade a sua atuação:

"A vitória da causa legal e o restabelecimento da paz e da tranquilidade de nossa Pátria foram os frutos colhidos pelos varonis esforços que empregamos para debelar a revolta que, nascida sem causa legítima, apenas para satisfazer mesquinhas ambições, ameaçava tragar o Brasil em sua voragem. Cumprimos o nosso dever e, por mais ingrata e rude que nos parecesse a tarefa, alentava-nos sempre a esperança de que a vitória traria tão assinalados serviços ao País, que os nossos sacrifícios seriam largamente compensados. Aos jovens camaradas de terra e mar, que tão relevantes serviços acabam de prestará República, compete agora dedicarem-se ao estudo e ao trabalho."

Para o almirante Gonçalves, a causa da Revolta foi "apenas satisfazer mesquinhas ambições". Era uma velada crítica ao seu líder Custódio de Mello.

Dois dias depois dessa ordem- do- dia, em Portugal, os revoltosos que foram internados nas fortalezas de Peniche e Eivas, protestaram pelos maus tratos que lá recebiam, nada tendo podido fazer por eles o almirante Saldanha da Gama, que se empenhara fundo em defendê-los, sem sucesso.

O almirante Gonçalves, por ordem do Congresso, retomou, em 30 de junho ao serviço ativo da Marinha. Pouco se tem falado ou escrito sobre a epopéia que comandou com tanta dignidade, profissionalismo e patriotismo. Dele tomamos conhecimento através de palestra do historiador naval, almirante Leôncio Martins, no Serviço de Documentação da Marinha, onde se iniciou e a lhe fazer justiça. Penso que sua memória precisa ser resgatada e cultuada no Brasil, retirada a enorme pedra que foi colocada sobre seus serviços e sua memória. Ele sem dúvida, se constitui em grande exemplo e em um grande expoente naval brasileiro, como o são os almirantes Tamandaré, Barroso, Custódio, Saldanha da Gama, Alexandrino de Alencar etc. "História é verdade e justiça." "Informação é liberdade de escolha." A posteridade brasileira precisa melhor conhecer o almirante Gonçalves para melhor julgá-lo, sobretudo com empatia.

Os oficiais tripulantes do Aquidabã após deixá-lo, em 16 de abril, procuraram junção com os federalistas de Gumersindo Saraiva, que retomaram ao Rio Grande, em 25 de abril de 1894, a partir de Curitiba, por impedidos de prosseguir, após a épica e legendária resistência da Lapa comandada por Gomes Carneiro. Essa retirada de tripulantes e revoltosos do Aquidabã, sob a liderança do comandante Alexandrino de Alencar, é relatada, com detalhes interessantes, por Ângelo Dourado, em Voluntários do Martírio (Palegre, Martins Livreiro, 1975), obra rica em informações sobre a Revolução Federalista em Santa Catarina e no Paraná.

Em 23 de setembro de 1894, foi formada a Junta Revolucionária, composta pelos almirantes Custódio de Mello, Saldanha da Gama e Silveira Martins, visando a uma nova invasão ao Rio Grande do Sul. Ela teve lugar em 28 de abril de 1895, com Saldanha da Gama à frente do Exército Libertador, constituído de 900 homens, sendo 150 marinheiros remanescentes da Revolta da Esquadra. No dia seguinte, ele foi lanceado em Campo Osório, por republicanos, a mando superior do general Hipólito Pinto Ribeiro. Foi o epílogo, de fato, da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Floriano já havia deixado o governo fazia 5 meses e meio. Fora substituído por seu adversário político, Prudente de Moraes. Decorridos 5 dias da morte de Saldanha da Gama, morreu Floriano Peixoto, em Divisa (atual Floriano), Barra Mansa. Quando Saldanha da Gama e Floriano

desapareceram, fazia cerca de mês e meio que havia desaparecido, em Carovi, o general federalista Gumersindo Saraiva, atingido por disparo fatal, quando procedia um reconhecimento.

Em 21 de outubro de 1895, foi assinada a Paz de Pelotas, pelo general Galvão de Queiroz, pelo governo, e pelo general Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares), a qual foi ratificada, no dia seguinte, pelo presidente Prudente de Moraes, que concedeu anistia aos revoltosos na Armada e revolucionários federalistas.

"História é verdade e justiça", repetimos. Deixo à inteligência da posteridade as conclusões e as lições a serem tiradas do episódio tristíssimo que se acaba de recordar e que deixou, em sua esteira, as manchas negras dos degolamentos em massa de Rio Negro e Boi Preto e os fuzilamentos em Santa Catarina e Paraná, na fortaleza de Santa Cruz e no km 64 da ferrovia Curitiba—Paraná. Esses fuzilamentos eliminaram, sumariamente, o capitão de mar- e-guerra Frederico Guilherme de Lucena, um soldado valoroso que presidira o governo provisório do Brasil em Santa Catarina, à frente do qual cumpriu os ditames da ética militar, em relação aos prisioneiros.

Uma, ou a mais preciosa tradição gaúcha é a de "firmeza e doçura", que se traduz, em combate: firmeza, por lutar com toda a garra, valor e determinação e doçura por tratar, após a vitória, como respeito e como religião, a vida, a família, a dignidade, o patrimônio e a honra vencido inerme. Isso foi o que os farrapos transmitiram e que os combatentes de 1893-95 excepcionalmente honraram.³⁴

APÊNDICE 3: Repercussões da ação do Embaixador do Brasil nos EUA no combate à Revolta da Armada Brasileira (1893-1894)

Por ocasião da Revolta da Armada, destacou-se a ação do embaixador do Brasil nos EUA, Salvador Mendonça. Sua brilhante ação diplomática foi decisiva para a intervenção dos EUA a favor do governo brasileiro. A ele e à sua experiência de 18 anos com o governo americano se devem as bem-sucedidas gestões junto ao secretário de Estado Gresham, e deste junto ao presidente Cleveland, as quais resultaram, segundo penso:³⁵

34. Forneceu boas informações sobre a Esquadra Legal Epaminondas Vilalba, pai do maestro Vila-Lobos, em *A Revolta da Armada*. (Rio, Laemmert, 1897, 3ª ed. p. 171-185). Sobre o combate de Desterro de 11 de abril de 1894, em que foi torpedeado o Aquidabã, veja-se de VILALBA, *A Revolta Federalista do RGS* (Rio Laemmert, 1897 documentos 112-113) e, de Alexandrino Faria Alencar *O combate de Santa Catarina de 16 de abril de 1894* (Montevideu, s/ed. 1895). Veja-se a opinião contrária de Altino Correia nas fontes consultadas de n°s 9, 14 e 22. Foi o oficial que torpedeou o Aquidabã. Foram postas fora de ação as canhoneiras Bento Gonçalves, inutilizada na entrada de Maceió, ao comando de um norte-americano, e a Silva Jardim que foi a pique, entre Cabo Frio e Rio de Janeiro, depois de abalroada pela caça-torpedos Gustavo Sampaio, chamada de torpedeira e que atuou como capitânea das canhoneiras. Negociou nos EUA a compra do Niterói (ex-El Cid), do Andrada (ex-Britania) e da torpedeira submarina Piratimm, o embaixador Salvador Moreira. A Piratini foi a ex-Destroyer. O almirante Joaquim Francisco de Abreu (1836-1895), herói da Guerra do Paraguai e da batalha de Riachuelo, no comando da Belmonte, natural da cidade de Rio Grande, foi que adquiriu na Europa, ou seja, na Prússia, do sr. Shichau de Elberg, as torpedeiras Pedro Ivo, Pedro Afonso, Silvado, Silva Jardim e Bento Gonçalves. Foram trazidas para o Brasil sem nenhum incidente, por uma guarnição de 16 alemães cada, conforme registrou o Times, Londres, 29 de janeiro de 1894, em "notícias militares e navais". A caça-torpedos Gustavo Sampaio (ex-Aurora) foi adquirida na Casa Armstrong, na Inglaterra. O Greenhald também foi adquirido nos EUA, para viajar no convés do Andrade. Fora construída por A. B. Wood e Cia. Existiam mais as torpedeiras de porto Sabino, Vieira e Tamborim, que eram transportadas pelos navios maiores.

35. *Interpretação com apoio em COSTA Sérgio Corrêa, A Doutrina Monroe e a Revolta da Esquadra. Revista Província de São Pedro. Palegre, Liv. Globo, 1945. Autor que, por sua vez, se apoiou na documentação do embaixador Salvador Moreira, e outras, sobre o affaire.*

- na destituição, por Cleveland, de seu amigo, contra-almirante Oscar F. Staton, o qual,

a bordo do cruzador Newark, em 30 de outubro de 1893, na baía de Guanabara, trocou salvas com os revoltosos da Armada e visitou e foi visitado pelo almirante Custódio de Mello, chefe da revolta;

- em ordem pessoal do presidente Cleveland, para que o contra-almirante Bcham seguisse, da ilha da Trindade, para o Rio, para pôr fim ao bloqueio naval do Rio e de Niterói, imposto pela Revolta da Armada, o que foi executado com um disparo do cruzador Detroit contra o Trajano revoltoso;

- em ordem ao embaixador americano Thompson no Brasil, para que descesse de Petrópolis, onde buscara proteção, e cerrasse junto ao governo brasileiro no Rio, ao invés de sobre o corpo diplomático que o estava influenciando e, em especial, o embaixador da monarquia inglesa;

- na atitude dos EUA de prestigiarem a consolidação da nóvel República do Brasil, ao invés de favorecerem a restauração da monarquia, como em Haiti;

- em prevenir, através de disposição demonstrada por Cleveland de, no momento oportuno, distribuir nota às nações européias, alertando-as de que intervenção de parte delas nos assuntos domésticos do Brasil seria considerada, pelos EUA, uma violação da Doutrina Monroe;

- em proteção dos EUA, em Portugal, de súditos do Brasil, de represálias decorrentes do rompimento de relações diplomáticas Portugal—Brasil, em razão de inconformidade do governo brasileiro, por Portugal haver dado asilo político em seus navios a revoltosos e após, em Buenos Aires, não ter evitado que eles em maioria fugissem e se incorporassem aos federalistas;

- em atuar junto a Cleveland, para negar aos revoltosos o reconhecimento como beligerantes e que aquele presidente, ao se oferecer para mediar a questão governo x revolta implicaria, a priori, em reconhecer a beligerância;

- em conseguir junto aos EUA a compra de navios, equipamentos, armamentos, munições e, inclusive, parte das guarnições americanas para organizarem, equiparem, instruírem e operarem a esquadra legal, o que, efetivamente, contribuiu para o término na Revolta no Rio e no Paraná e Santa Catarina;

- em evitar, seguindo orientação do Governo Brasileiro, que os EUA, na impossibilidade de vender ao Brasil os cruzadores Charleston e Newark, atuasse, só ou em conjunto, com nações européias, com suas forças navais, para pôr fim à Revolta com ofensa à soberania do Brasil que queria, com seus próprios meios terrestres e navais, combatê-la, como aconteceu; e

- em disposição dos EUA de romper o bloqueio naval do Rio e de Niterói, mesmo que as nações européias reconhecessem a Revolta como beligerante.

APÊNDICE 4: O Organizador e comandante da esquadra legal, almirante Jerônimo Francisco Gonçalves (1835-1803)

Não foi tarefa fácil obter-se dados biográficos do almirante Gonçalves, que comandou a esquadra legal, chamada, pejorativamente, de "esquadra de papelão", e que combateu, em 1893/94, um quinto, ou 20%, da esquadra em revolta, segundo ouvi do historiador naval almirante Leôncio Martins, em Bagé, em 28 de abril de 1993. Ficamos curiosos com duas referências ao ilustre, mas esquecido, personagem naval, apresentado como um grande herói brasileiro.

A primeira foi de Henrique Boiteux, historiador naval brasileiro que, como tenente, servira na esquadra legal no comando da canhoneira Sabino Vieira, ao escrever suas reminiscências: "Ao apresentar-me a bordo do navio de guerra Itaipú, já encontrei nele o almirante Jerônimo Gonçalves, *cujos exemplos de bravura na Guerra do Paraguai encheram nossa História*" (o grifo é nosso).

A segunda foi de Eloy Pessoa, fundador da Revista Marítima Brasileira, após Jerônimo

ser reformado: "Em qualquer eventualidade que o Brasil exija um patriota dedicado até o sacrifício, Jerônimo Gonçalves se apresentará como seu gênio militar e a sua valente espada para brilhantemente provar que apenas repousa de uma grande luta (Guerra do Paraguai) *de que fora grande herói*" (o grifo é nosso).

Procurando essas informações que o davam como um bravo e herói naval, encontramos a confirmação na obra do capitão-de-fragata Alberto Augusto Gonçalves, *Traços biográficos do almirante Jerônimo F. Gonçalves*. Rio, Imprensa Naval, 1943 (Separata de Subsídios da História Marítima do Brasil). Nela seu biógrafo e genro, nas palavras iniciais, informa seu propósito:

"Trata-se de justa homenagem a marinheiro ilustre, cidadão insigne, homem bom e digno, cuja existência constitui um rosário de notáveis serviços prestados ao Brasil, na paz e na guerra, e exemplo digno de ser transmitido às gerações vindouras... pelo seu grande amor ao Brasil, por ele colocado acima de tudo na vida."

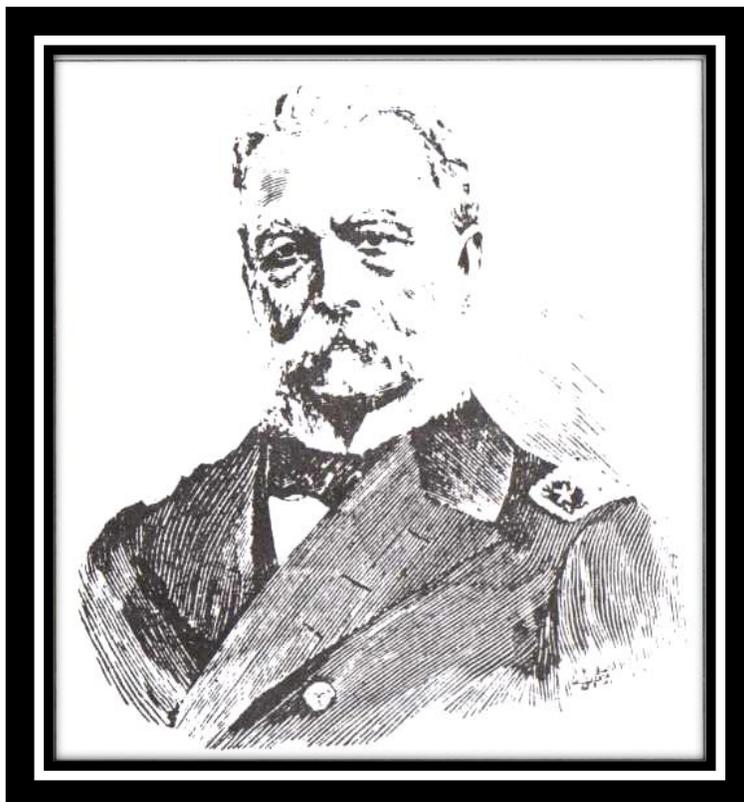
Lendo sua biografia, conclui estar lidando com um dos mais bravos, constantes, intrépidos, valentes e determinados guerreiros navais do Brasil na Guerra do Paraguai, que fez jus a 5 (cinco) citações por bravura em combate, e que dividiu com o tenente-coronel Vilagran Cabrita, atual patrono da Engenharia do Exército, as glórias da conquista da Ilha da Redenção, além de haver deixado na esteira dos navios que comandou, um rastro de glórias que encheram as páginas de nossa História.

Sua atuação na ilha da Redenção, por iniciativa própria e contrariando ordens, salvou a vida de centenas de soldados brasileiros, e talvez tenha sido decisiva para a conquista da ilha defronte ao forte de Itapirú, em cuja conquista teve importante papel, bem como no bombardeio de Curupaiti com sua canhoneira Henrique Martins.

No comando do encouraçado Cabral forçou Curupaiti, sendo o 4º navio a atingir a meta. Duelou com a poderosa bateria Londres de Humaitá, e foi o 1º a defender a possibilidade de forçamento de Humaitá pela esquadra, o que lhe valeu algumas dificuldades e incompreensões. Vitoriosa sua idéia não conseguiu ficar na testa da coluna como pleiteara. Mas agora, no comando do encouraçado Silvado apoiou em local de muito perigo, ancorado na margem, a épica transposição de Humaitá.

Segundo o comandante da esquadra, visconde de Inhaúma, Jerônimo e mais dois comandantes foram colocados em locais de maior perigo e honra no forçamento de Humaitá, operação épica classificada por Caxias "de ação superior às das marinhas européias e norte-americanas em suas arriscadas lutas".

De temperamento forte, altivo, mas não presunçoso, defendia seus pontos de vista com firmeza, clareza e coragem moral. Por isso terminou entrando em choque com o comandante da esquadra, Inhaúma. Desde então, e até este deixar o comando da esquadra em operações, Jerônimo teve seu purgatório que suportou com muita altivez. Ao final foi nomeado diretor de um hospital, que recusou, dizendo que não possuía predicados de enfermeiro. Nomeado comandante do Beberibe, não aceitou, sob o argumento de estar vago o comando do encouraçado Colombo, que assumiria logo após Inhaúma deixar o TO.



Almirante Jerônimo Gonçalves, almirante reformado. Segundo Epaminondas Villalba, “uma das maiores glórias da Marinha Nacional”, que teve a ingrata tarefa de organizar e comandar a Esquadra Legal, "esquadra de papelão", que combateu a Revolta da Armada (Fonte — VILLALBA. Revolta da Armada, p. 172).³⁶

- 36. Os deveres inerentes à missão de historiador consciencioso não nos permitem ocultar certos fatos que, embora futuramente ocorridos, vieram deslustrar os relevantes serviços prestados por este digno oficial general da Armada brasileira. Trata-se das apaixonadas e veementes censuras de um dos membros do Senado Federal, que não lograram conquistar foros de lei, mas que ficaram registradas nos anais dessa casa, no ano de 1895.**

Enquanto ia acesa essa diferença, o imperador e o próprio ministro da Marinha — barão de Cotejipe, diplomaticamente intercediam por ele junto a Inhaúma. O imperador escreveu ao ministro da Marinha nos seguintes termos: "Espero que o Inhaúma já tenha dado a lição no Gonçalves que é um oficial de muito préstimo." Do ministro da Marinha, a Inhaúma, intercedendo por Jerônimo, um jovem oficial de 33 anos apenas, e daquele tipo audaz e intrépido que um comandante um dia já fora e que agora tem que segurá-lo, como um dia foi segurado:

"Relevo como cu relevei as criançadas e aproveite o que há de bom no rapaz. Sei que não falta coragem à nossa oficialidade e louvo os ciúmes que tem por motivação, o desejo de se distinguir."

Em 16 de fevereiro de 1869, assumiu o comando do 4º navio nessa guerra, o encouraçado Colombo e iria comandar a última operação de guerra naval do conflito.

Foi-lhe confiada a difícilíssima, muito arriscada e talvez, a rigor, imprópria operação naval de, no comando de uma flotilha fluvial, remontar o estreito e raso rio Manduvira, até Guaraguataí, na caça dos remanescentes da esquadra do Paraguai. Foi a última expedição de guerra naval de nossa gloriosa marinha de guerra, sob fogo inimigo disparado das margens dos rios. Durante 15 dias de lutas, vigílias, martírios e dias trabalhosos, ele esteve à frente desse épico feito naval, digno de um filme que deseje exaltar a fibra e a coragem de nossos bravos marinheiros.

Por seu desempenho heróico foi elogiado pelo imperador e ministro da Marinha que

conheciam seu grande valor. Inhaúma também admirou-lhe o gesto. Apenas, como chefe experimentado, tentava segurar os arroubos do jovem e intrépido guerreiro naval, o que é comum na História Militar. Segundo seu genro, Jerônimo não era presunçoso mas sim corajoso, confiante e com a noção exata do praticável, além de muito modesto, ao ponto de seus filhos desconhecerem seus feitos heróicos.

Outro feito de Jerônimo foi concorrer decisivamente para expulsar, do rio e dos encouraçados Cabral e Lima Barros, as hordas de paraguaios que os abordaram. Jerônimo com o Silvado fez fogo contra essas canoas pondo a pique muitas delas e dispersando suas guarnições. Ao amanhecer, abordou o Cabral e ajudou, num corpo-a-corpo que liderou, a expulsar de bordo o inimigo. Jerônimo, desde a ilha da Redenção, até o término da guerra para a Marinha, esteve sempre no ponto focal da luta e com destaque.

Ao final da guerra casou-se com a baiana Hercília Baggi de Araújo, em 18 de fevereiro de 1871, aos 36 anos, cuja união feliz deu origem a 9 filhos, 24 netos e 17 bisnetos.

Em 1872, coube-lhe o comando da legendária Amazonas e o Distrito Naval da Bahia. Viajou a Europa para estudar o fabrico, ataque e defesa de torpedos. Comandou o encouraçado Brasil, com o qual encalhou no Albardão, tendo sido absolvido, por unanimidade, em Conselho de Guerra de praxe que o julgou. Comandou o Batalhão Naval, o qual disciplinou de forma notável. Ao final, recebeu lembrança de seus subordinados, entre eles Alexandrino de Alencar que enfrentaria, em 1894, como comandante do Aquidabã. Em cartão expressivo era ressaltado que comandara combinando doçura com firmeza, sempre que uma ou outra se fizesse necessária. Comandou a Divisão Naval do Pará. Atingiu o generalato como chefe de divisão, em 24 de novembro de 1881. Republicano, não cedeu à tentação de oferta de um título nobiliárquico. Reformou-se em 1883, com 35 anos de serviço. Residiu 5 anos na Europa e retomou em 1889. Essas eram suas qualificações que o recomendaram ao comando da esquadra legal aqui estudada.

Jerônimo nasceu em Salvador, em 23 de abril de 1835. Era filho do industrial João Francisco Gonçalves e de Ignez Gonçalves de Araújo. Ingressou na Escola Naval em 1852, quando ela funcionava na atual praça Mauá. Guerreiro naval nato, embarcou nos navios Constituição, Euterpe, Golfinho, Canope, Catarinense, Olinda, Tonelero, Japurá, Ypiranga, 2 de Julho, Magé, Baiana. D. Januária, Princesa de Joinville, Itajaí, Itamaracá, Henrique Martins, Cabral, Silvado e Colombo, sendo os 4 últimos como comandante, todos na Guerra do Paraguai. Na paz comandou o Amazonas e o Brasil.

Comandante enérgico e disciplinador, ao encontrar, a bordo dos navios tripulados por americanos e que, até então, possuíam supremacia a bordo, reagiu violentamente, quando estes o receberam no convés em desalinho e displicentes. Segundo Henrique Boiteux, que testemunhou "o almirante que dominava o inglês disse-lhes com veemência que um almirante brasileiro não admitia aquela desconsideração. E para honra nossa fez-lhes baixar a crista e deles se desfez na primeira oportunidade, visto não concordar na ingerência de estranhos em assuntos que somente a nós competia decidir. Estomagados ficaram os americanos mas não tiveram outro recurso senão submeterem-se ao almirante Gonçalves".

Em 13 de maio de 1895, 1º aniversário da entrada da esquadra legal no Rio, oficiais do Exército e Marinha, representando o conagraçamento dessas forças, ofereceram-lhe um quadro alusivo, que trazia a seguinte inscrição: "Ao heróico almirante republicano, oferecem os verdadeiros republicanos, em lembrança de seu comando-em-chefe da Esquadra Republicana, comemorando o dia mais glorioso de sua vida — 13 de maio de 1894."

Jerônimo fora um paladino da união Marinha-Exército. Na guerra sempre recebeu em seus navios o Exército e sempre fora o primeiro a socorrê-lo, como foi o caso da ilha da Redenção, mesmo contrariando ordens superiores, mas merecendo, após, de Tamandaré, esta referência ao Ministro da Marinha: A canhoneira Henrique Martins (de Jerônimo) foi "a

gloriosa do dia 10 de abril". Faleceu em 1º de maio de 1903, aos 68 anos. Em que pese seus notáveis e heróicos serviços ao Brasil, é vulto naval pouco lembrado e muito menos festejado. Conheci-o através do almirante Leôncio Martins, no Serviço de Documentação Geral da Marinha, o qual, dentro da idéia de que História é verdade e justiça, está colocado no seu merecido lugar, entre os grandes heróis navais do povo brasileiro. Sem dúvida, sua atuação brilhante à frente da esquadra legal que pôs fim a 1/5 da Armada em revolta, é um dos grandes feitos da História Naval do Brasil, que precisa ser ressaltado e dele tirados os ensinamentos que sugere, passadas as paixões daquele momento, para serem incorporados ao patrimônio cultural naval do povo brasileiro.

FONTES CONSULTADAS

Bibliografia que permite ao leitor ou pesquisador do futuro resgatar informações sobre a Revolta da Armada e suas implicações. As fontes numeradas se referem especificamente aos assuntos a seguir:

- Intervenção estrangeira: 8, 11, 12, 15, 16, 21, 24, 29;
- Revolta na Armada: 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 20, 25, 26, 27, 28 e 30;
- Revolução Federalista: 1, 5, 7, 10, 11, 13, 17, 19, 25, 26 e 28,
- Esquadra legal ou "esquadra de papelão": 6, 9, 14 (completa), 18, 22, 27 e 28;
- Almirante Jerônimo Gonçalves — o comandante da esquadra legal: (14 (completa) e 27.

A presente interpretação se baseou no estudo das seguintes fontes:

ABRANCIIES, Dunshe. As Revoltas da Armada e Rio-Grandense. Rio, 1914.

ALENCAR, Alexandrino de, CF. Carta relatando o combate do Desterro de 16 de abril de 1893 in: VILLALBA, Revolução Federalista. Rio, Laemmert, 1897. (Carta que tem que ser criticada a luz da carta de Altino Correia mencionada nesta lista de fontes.)

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto. CMG. O pensamento político dos líderes da Revolta da Armada. Anais do Congresso da História da República. Rio, IHGB, 1989, págs. 29-52 (explicação de militarismo).

BENTO, Cláudio Moreira, Ccl. O Exército na proclamação da República. Rio, SENAI, 1989.

_____. A Revolução de 93 e a Arte Militar. Fontes para a História da Revolução de 93. Bagé, URCAMP, 1990.

BOITEX, Henrique, Alte. Reminiscências (descreve sua atuação na Esquadra Legal ao comando do almirante Jerônimo Gonçalves cujos traços de seu perfil de comandante competente assinala. Dados fornecidos por Walter Piazza presidente do IHGSC e ligado culturalmente aos Boitex).

CÂMARA DE DEPUTADOS. Perfil parlamentar de Gaspar Silveira Martins. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979.

CASTILHOS, Augusto de. Portugal Brasil — conflito diplomático. Lisboa, 1894, v. 3 (focaliza a intervenção portuguesa).

CORREIA, Altino, CF. em PORTO, J.A. dos Santos CT cit e em GONÇALVES, Alberto, obras citadas nesta bibliografia consta sua carta que rebate colocações do comandante Alexandrino de Alencar do Aquidabã que torpedeou em 16 de abril de 1894, em Desterro. A versão daquele e consta de Carta em VILLALBA. Rev. Fed. RGS 93 citada também nesta bibliografia.

CORREIA, Carlos Humberto. O Governo Revolucionário de Desterro. Anais do Congresso de História... da República no Brasil. Rio. IHGB, 1989, págs. 127-135, v. 2. IDEM Fontes Rev. 93, Bagé, URCAMP, 1983, v. 1.

COSTA, Sérgio Corrêa da. A diplomacia do Marechal. Rio, Z. Valverde, 1945.

_____. A Doutrina Monroe e a Revolta da Esquadra; Rev. Província de São Pedro. Palegre, Liv. Globo, 1945 (com apoio documentação oficial sobre o incidente e na de Salvador Moreira).

DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio. Palegre, M. Livreiro, 1973, 2ª ed. (focaliza a retirada de revoltosos e federalistas de Santa Catarina).

GONÇALVES, Alberto Augusto, CF. Traços biográficos do almirante Jerônimo Gonçalves. Rio, Imprensa Naval, 1943 (é o mais circunstanciado e completo estudo biográfico do almirante Jerônimo Gonçalves e de sua atuação heróica e legendária na Guerra do Paraguai e no comando da esquadra legal que comandou no combate à Revolta da Armada. Contém depoimento em sua defesa do comandante Altino Corrêa, cuja torpedeira torpedeou o Aquidabã. É fonte básica para o estudo da esquadra legal ou de papelão pois a aborda nos mínimos detalhes).

LAFAYETE, Pedro. Saldanha da Gama. Rio, Ed. Souza, 1959, p. 27-105 (focaliza a intervenção estrangeira). Contém subsídios bem esclarecedores sobre a intervenção dos EUA na Revolta da Armada.

MAGALHÃES, J.B., Cel. A intervenção estrangeira. in. A consolidação da República. Rio, BIBLIEx, 1947, págs. 105-109.

MEIRINHO, Jali. Revolução Federalista e Revolta da Esquadra em Santa Catarina. Fontes para a História da Revolução de 93. Bagé, URCAMP, 1983.

MALAN, Alfredo Souto, Gen. Uma escolha um destino. Rio, Bibliex, 1977, págs. 46-55 (referências à esquadra legal ou esquadra de papelão).

MARIANTE, Hélio Moro, Cel. PM. A Revolução de 93. Anais do Congresso de História... da República no Brasil. Rio, 1989, v. 2., p. 137-160.

MARTINS, Hélio Leôncio, Alte. A Revolta da Armada. Anais do Congresso Nacional de História.. da República no Brasil. Rio, IHGB, 1989, págs. 3-126.

NABUCO, Joaquim. A intervenção estrangeira durante a revolta de 93. Rio, 1896, págs. 2-11 (fonte básica sobre o assunto).

PORTO, J.A. dos Santos, CT. O combate de 16 de abril de 1894 — reflexões e documentos. Rio, Casa da Moeda, 1895 (rebate versão do comandante Alexandrino de Alencar do encouraçado Aquidabã, torpedeado pela torpedeira Gustavo Sampaio, ao comando de Altino Correia, cujo depoimento a respeito esta obra transcreve. A carta de Alexandrino se acha publicada em VILLALBA A Revolução Federalista do RGS e em publicação referida no texto).

REVISTADOCLUBE MILITAR. Edição histórica do Clube em seu centenário em 1987, nº 280 (focaliza lideranças do Exército e Armada em união).

RODRIGUES, José Honório. A intervenção estrangeira e a Revolta da Armada. Fontes para a História da Revolução de 93. Bagé, URCAMP, 1983.

THOMPSON, Arthur, Alte. Guerra Civil no Brasil de 1893-95. Rio, Ravaro, 1934.

VERNALHA, Milton Miró. Maragatos x Pica-Paus. Curitiba, Ed. Litero Tec. 1984.

VILLALBA. A Revolta da Armada. Rio, Laemmert, 1896, 3. ed. (fotos dos personagens principais plantas a cor porto Rio e combate Desterro e valiosas fontes primárias).

IDEM. A Revolução federalista no RGS. Rio, Laemmert, 1897 (ilustrada, comentada e com 148 fontes primárias e mapa do itinerário revolução).

VILLAR, Frederico, C Alte. A intervenção estrangeira em 93. Revoluções que eu vi. Rio, Bibliex, 1951, págs. 99-109 (biografia do almirante Saldanha, vista por um participante da revolta).

WEHRS, Carlos. Niterói. Rio, Graf. Vida Doméstica, 1984 (A revolta em Niterói).



Coronel Eng QEMA R/1 CLÁUDIO MOREIRA BENTO. Natural de Canguçu, RS, pertence às turmas AMAN 1955 (Turma Asp Mega), EsA01964, ECEME1969 e ESN11975. Possui o Curso de Pesquisador das FT do Brasil, patrocinado pelo EME. Comandou o 4º BE Cmb (1981-82) e dirigiu o AHEx (1985-90). É sócio titular da IHGB, benemérito do IGHMB, acadêmico da ABH, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa de História e de mais dez entidades congêneres estaduais e de oito municípios do Brasil. Integra a Sociedade Brasileira de Geografia, o Cipel, o IEV, o Instituto Bolivariano-RJ e o Instituto Histórico Brasil-Peru Mal Ramon Castilha. Tem publicadas 29 obras literárias (livros, álbuns e plaquetas) e cerca de um milhão de artigos em periódicos do Brasil e dos EUA. Coordenou a construção do Parque Histórico Nacional de Guararapes, integrou a Comissão de História do EME (1971-74) e foi instrutor de História Militar da AMAN (1978-80). Dirigiu o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar no centenário dessa entidade. Seu último livro O Exército Farrapo e os seus Chefes, em dois volumes, compõe o editorial da Bibliex de 1992 e 1993.

Nota ao ser digitalizado o original ocorreram alguns erros mas que não alteraram o significado do conteúdo do presente estudo realizado em 1993 ,